

Tribuna da Luta Operária

ANO VII - Nº 284 - DE 29 DE SETEMBRO A 5 DE OUTUBRO DE 1986

Cz\$ 2,50

Quem são os inimigos do congelamento

Redes de supermercados, multinacionais do automóvel e da indústria farmacêutica, além dos frigoríficos e grandes fazendeiros, estão na lista negra dos traficantes do ágio, especuladores e sabotadores do congelamento dos preços, conforme o levantamento que publicamos na página 4.

Adesão a Ermírio detona guerra interna no PCB-SP

As próprias bases do *Partidão*, depois que a direção trocou de candidato, comentam que o PCB virou "PCV", "Partido do Cimento Votorantim". Página 3



EDITORIAL

A sucessão paulista

A sucessão em São Paulo, por sua importância, chama a atenção dos eleitores em todo o país. A disputa se concentra principalmente entre Quércia, Ermírio e Maluf. A preocupação maior da classe operária e dos democratas é derrotar Paulo Maluf. E por outro lado eleger uma administração democrática, que abra espaço para uma maior participação popular na vida política.

A candidatura Maluf representa o velho regime ditatorial, que durante 21 anos atormentou o Brasil. É o símbolo por excelência da corrupção e da violência, embora apareça na TV com uma fachada populista, prometendo tudo a todos.

Mas se o alvo principal é Maluf, isto não significa que pouco importa quem saia vencedor. Neste sentido, existem diferenças marcantes entre Quércia e Ermírio.

Ermírio de Moraes tem um projeto conservador, umbilicalmente ligado aos grupos monopolistas da grande burguesia. Não se pode dizer que é igual a Maluf. Tem características democráticas; mas pretende uma democracia limitada, controlada de cima, mantendo o povo e suas entidades e organizações controladas. O próprio Ermírio já declarou que em relação à reforma agrária, o governo deve se limitar às terras devolutas, sem mexer na estrutura fundiária. Sua candidatura foi imposta por cima dos partidos, pela força do poder econômico, e sua propaganda eleitoral é uma demonstração da influência do dinheiro, comprando meios de comunicação, e partidos políticos fazendo publicidade caríssima. Suas alianças políticas são com conservadores e direitistas, a começar pela legenda que escolheu, o PTB, que se tornou um partido de aluguel e já serviu a Jânio Quadros nas eleições de 1985, quando conquistou a prefeitura de São Paulo.

A candidatura de Orestes Quércia tem, pelo contrário, melhores condições de levar

adiante uma proposta progressista. E pela própria situação política da campanha eleitoral, tende a fazer compromissos mais avançados. No próprio programa gratuito na TV, Quércia tem exigido medidas firmes contra os sonegadores da carne para manter o congelamento. Tem igualmente manifestado apoio ao Plano Nacional pela Reforma Agrária, mostrando o absurdo de uma estrutura agrária altamente concentrada.

Quércia apóia-se na Aliança Democrática e Popular, que inclui o PSB e o PC do B, procurando ampliar o leque de forças da campanha além das fronteiras do PMDB. Sofreu e sofre entretanto um ataque permanente de correntes, dentro do próprio PMDB, que têm uma visão equivocada. Assim, mesmo depois da convenção que sufragou seu nome como candidato, teve e tem ainda de fazer um imenso trabalho político para assegurar a unidade. Com o comício realizado em agosto começou uma guinada da candidatura em busca do apoio popular, rompendo com o imobilismo das cúpulas. Sua esperança de vitória reside num esforço concentrado no contato direto com o povo. Seja com caminhadas pelo centro da cidade e pontos de maior aglutinação da população, seja com visitas às portas de fábricas e aos bairros populares. Junto com esta ligação mais estreita, urge um posicionamento mais explícito em defesa das reivindicações das massas e de questões nacionais básicas como a dívida externa, a Constituinte moderna e progressista e outros pontos.

Neste sentido, é uma posição oportunista a dos que, baseados em pesquisas de meio de campanha, se bandeiam para a candidatura Ermírio como se fosse esta a alternativa democrática do momento. No fundo é a busca de cargos e, provavelmente, a capitulação vergonhosa ao poder econômico.



Nesta garagem da CMTC encontram-se parados, enferrujando, 300 ônibus que poderiam conduzir 213 mil passageiros por dia

Golpe contra o ônibus público

Em São Paulo, a CMTC de Jânio e as empresas de transporte se unem para privatizar o setor. Pág.6

Candidata comunista visita 4.500 casas

Maria José, a Majô, encontrou um jeito barato e eficaz de divulgar sua candidatura em Bauru. Pág.3

O Brasil proposto na Comissão Arinos

Os aspectos positivos e negativos do anteprojeto de Constituição levado ao presidente Sarney. P.5



A DRT teve de afastar as vítimas da fábrica

Coluna do meio na luta dos bancários

A batalha salarial entre eles e os banqueiros chega a um "empate". Pág.10

Nitroquímica tira saúde dos operários

Na empresa do poderoso grupo de Antônio Franco a amônia intoxicou 127 trabalhadores. Pág.7

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

França paga pelo intervencionismo



Soldados franceses: presença freqüente no Líbano desde 1918

Paris sofre nas últimas semanas uma onda de atentados sem precedentes na história, patrocinada por um suspeito Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos Árabes. Além de suscitar a discussão sobre o terrorismo, as bombas que assustam a capital francesa atingem em cheio a política de intervenção praticada pela França no Oriente Médio.

Desde o começo do ano, 14 atentados foram praticados em Paris, mas uma verdadeira psicose tomou conta da cidade em setembro, quando se iniciou uma série de (até agora) nove ações reivindicadas pelo CSPPA. Elas já causaram a morte de nove pessoas e feriram mais de 150, a maioria simples cidadãos que transitavam pelas ruas ou freqüentavam bares e restaurantes - aparentemente alvos preferenciais do grupo.

A direita francesa fez bom uso desta suspeita onda de violência: com o consentimento de todos os partidos representados no parlamento, o primeiro-ministro conservador Jacques Chirac anunciou há duas semanas um conjunto de medidas severas contra a imigração, que além de aborrecer turistas dificultam ainda mais a situação dos trabalhadores estrangeiros no país. De quebra estão proibidas as manifestações de rua na capital - o que não impediu que a neo-nazista Frente Nacional de Jean-Marie Le Pen organizasse na última quarta-feira uma passeata antiárabe.

Em meio à "guerra" de Chirac, a imprensa direitista

avançou nas especulações sobre os motivos para que Paris se tornasse alvo de supostos terroristas árabes. O semanário *Le Canard Enchaîné* atribui os atentados ao fracasso de negociações mantidas pelo governo anterior, social-democrata, com a organização Forças Armadas Revolucionárias Libanesas para a libertação de seu líder Georges Abdallah, preso na França. De acordo com o jornal, uma intervenção dos EUA impediu que se chegasse a um acordo.

A bancada conservadora no parlamento, apoiada nessas especulações, acusa os social-democratas de terem conseguido a libertação de reféns franceses no Líbano "negociando com os terroristas". Assim, diz a direita, abriram-se precedentes para que a França fosse vista como "fraca" e, portanto, sensível a chantagens.

INTERVENCIONISMO

O que não se comentou, em torno do assunto, foi a política francesa para o Oriente Médio. Afinal, "mais do que os métodos para enfrentar o terrorismo, o que parece estar em questão no momento é a própria presença de soldados franceses no Líbano e a insistente participação de Paris nos assuntos da região."

Desde o final da 1ª Guerra Mundial, com o desmoronamento do Império Turco, a França procura estabelecer-se no Oriente Médio. Depois de uma intervenção militar conjunta com a Inglaterra, na partilha das conquistas couberam ao imperialismo francês o Líbano e a Síria. Os dois países permanece-

ram como protetorados franceses até o final da 2ª Guerra Mundial, em 1945.

A retirada da França não significou o fim de sua intervenção na área, especialmente no Líbano. Uma classe dominante local de formação elitista - chegam a achar mais "elegante" falar francês do que árabe - empalmou o poder, marginalizando a vida política e econômica do país as grandes massas de origem árabe e religiosa muçulmana.

A intromissão francesa na guerra civil, quase permanente, que desde então assola o Líbano, foi sempre marcada pelo esforço de garantir seus aliados locais e isolar os setores mais radicalmente antiimperialistas. O ponto alto da intervenção se deu quando da retirada, em 1983, de tropas israelenses que haviam invadido o país um ano antes. O presidente François Mitterrand patrocinou então a formação de uma Força Multinacional de Paz da ONU, integrada também por soldados italianos e norte-americanos.

O papel da chamada Finul tem sido, desde então, o de assegurar a formação de governos hegemonizados pelos cristãos maronitas e evitar que as milícias muçulmanas cheguem ao poder. Exatamente por esta razão os "capacetes azuis" são constantemente atacados e cidadãos franceses são seqüestrados no Líbano e agora a violência semeada pelo colonialismo francês do Oriente Médio atinge o coração da França, e não há sinais de que vá deixá-lo enquanto as tropas de Paris não partirem de vez das praias libanesas. (Pedro Ivo).

Alemanha tem «fundo secreto» para partidos políticos

O ministério do Exterior da Alemanha Ocidental confirmou a denúncia da revista "Der Spiegel" de que possui um fundo secreto destinado a financiar atividades de políticos e partidos de países do chamado mundo subdesenvolvido pró-Occidental, entre eles o presidente de El Salvador, José Napoleón Duarte, o líder dos zulus sul-africanos, Gatscha Buthezi, e a conservadora Aliança Democrática Turnhalle da Namíbia.

Os encarregados de distribuir o dinheiro do fundo aos "amigos" - o orçamento deste ano é de aproximadamente 53,3 milhões de cruzados - são deputados democratas-cristãos, social-democratas e liberais...

Protesto negro contra mortes de mineiros na África do Sul

Cerca de 3 mil mineiros negros, armados de porretes e canos de ferro, gritando slogans contra o apartheid e cantando o "hino negro" "Deus Bendiga a África", interromperam no último dia 22 uma cerimônia religiosa organizada pelos proprietários da mina de ouro de Kinross, em memória dos 177 trabalhadores mortos em um incêndio, na semana anterior. Segundo dirigentes do Sindicato Nacional de Mineiros (NUM), a manifestação foi um protesto contra a falta de segurança nas minas sul-africanas.

O NUM afirma que os 177 trabalhadores de Kinross - dos quais 172 eram negros - morreram porque não havia extintores de incêndio no poço onde começou o fogo, a 1.600 metros de profundidade. Segundo dados da Organização Mundial do Trabalho, cerca de 600 mineiros morrem, a cada ano, em acidentes nas minas sul-africanas, algumas delas a mais de três mil metros de profundidade.

No acidente de Kinross, segundo um funcionário da empresa proprietária, a Gencor, pouco depois de começar o incêndio soou o alarme, mas ele acha que os que não conseguiram subir provavelmente desmaiaram com os gases ou ficaram presos em desabamentos - no local estavam trabalhando 2.200 operários. As empresas mineradoras sul-africanas não costumam fornecer máscaras a seus funcionários.

Terrorismo e seqüestros nos bairros operários do Chile

A polícia chilena continua aterrorizando a população dos bairros pobres da periferia de Santiago, durante batidas realizadas de madrugada, enquanto dirigentes oposicionistas são seqüestrados por paramilitares em plena luz do dia ou ameaçados de morte, como é o caso da brasileira Leila Gebrim de Hales, que pediu ajuda ao governo brasileiro após a prisão de seu marido, no dia 7 de setembro.

Patrício Hales, membro do Movimento Democrático Popular - coalizão de oposição ao governo militar -, foi preso em casa, logo após a decretação do estado de sítio no país, no dia 7 de setembro. Desde então, sua mulher que é funcionária da embaixada brasileira na capital chilena, passou a receber ameaças por telefone.

No dia 16, desconhecidos fortemente armados seqüestraram o dirigente Enrique Paris, da Federação dos Estudantes da Universidade Católica do Chile, no centro de Santiago. Desde a decretação do estado de sítio, quatro oposicionistas foram assassinados, após serem seqüestrados por desconhecidos.

O operário Marcos Reyes, de 20 anos, foi morto a tiros no dia 22, na periferia de Santiago. Os policiais "desconfiaram" de que ele havia assaltado um táxi, porque tentou fugir. Os vizinhos de Marcos disseram que ele era "igual a todos por aqui" e que fugiu de medo da polícia.

Estados Unidos chantagearam a Bolívia com dívida externa

O embaixador da Bolívia nos EUA deixou escapar à imprensa o que já vinha sendo denunciado por oposicionistas bolivianos: seu país foi obrigado a aceitar as tropas norte-americanas (oficialmente para auxiliar no combate ao narcotráfico), em troca da liberação de um empréstimo de 100 milhões de dólares.

Na véspera da liberação do empréstimo pelo Departamento do Tesouro dos EUA, no último dia 17, o governo de Paz Estenssoro confirmou a prorrogação da permanência dos 160 soldados norte-americanos, que estão na Bolívia desde 14 de julho, e anunciou que os EUA doarão às Forças Armadas bolivianas seis helicópteros Black Hoke.

Albânia saúda o Brasil pelo aniversário da Independência

O presidente do presidium da Assembléia Popular da República Popular Socialista da Albânia, Ramiz Alia, enviou um telegrama ao presidente José Sarney por motivo da comemoração da independência do Brasil no dia 7 de setembro:

"É uma satisfação para mim, na ocasião de nossa festa nacional, em nome do povo albanês, do presidente do presidium da Assembléia Popular e em meu próprio nome enviar-vos e através de Vossa Excelência ao amigo povo brasileiro cordiais saudações. Envio meus melhores votos de felicidade e de progresso para sua pátria."

Israel bombardeia povoados do Líbano

O Exército terrorista de Israel voltou a bombardear o Líbano no último dia 23. Desta vez, os sionistas despejaram suas bombas em quatro acampamentos árabes nas colinas de Chuf Baisur, Kaifun, Aitah e Aramun. Israel está concentrando tropas dos dois lados da fronteira com o Líbano e reforçando militarmente o chamado "Exército do Sul do Líbano", que utiliza como cão de guarda de seus interesses na região.

A concentração de tropas foi intensificada a partir do dia 22 - no mesmo momento em que, na Organização das Nações Unidas, o primeiro-ministro sionista, Shimon Peres, entabulava conversações com o ministro das Relações Exteriores da União Soviética, Eduard Shevardnadze, visando reatar os laços diplomáticos. A notícia do encontro desgostou os povos árabes e palestinos, que pensavam contar com o apoio dos social-imperialistas russos em sua luta contra os sionistas.

ESCALADA GUERREIRA

A escalada militar contra os povos árabes e palestinos dá-se sob a argumentação de combate à luta dos libaneses contra os invasores sionistas. Chefes do Exército de Israel afirmam que tomarão "todas as medidas necessárias" para impedir o crescimento da resistência árabe, que abateu 12 mercenários do "Exército do Sul do Líbano" e feriu três soldados sionistas uma semana antes.

A atual concentração de tropas sionistas na fronteira libanesa é a maior desde a retirada de Israel do Líbano, em junho de 1985. O ministro da Defesa (melhor seria escrever "da Guerra") israelense, Itzhak Rabin, tentou justificar o bombardeio criminoso dos povoados libaneses afirmando que "sempre que há um aumento na atividade dos terroristas, aumentamos o nosso apoio ao Exército do Sul do Líbano"...

No mesmo dia do ataque, Israel reafirmou, na ONU, que não concorda com a



Os soldados israelenses no Sul do Líbano: arrogância sionista contra os povos árabes

proposta francesa de completa retirada de todas as tropas autorizadas por

aquela organização internacional - inclusive as israelenses - do Líbano, e a

instalação da Força de Paz da ONU ao longo da fronteira libano-israelense.

Generais voltam ao banco dos réus na Argentina

A Justiça civil argentina iniciou, no último dia 23, o segundo processo público contra chefes militares envolvidos em crimes contra os direitos humanos durante a ditadura militar de 1976 a 1983. Os acusados são o general de reserva Ramon Camps e seu sucessor no comando da polícia da capital argentina, o general Pablo Ricchier - aos quais se atribui 32 homicídios, 214 seqüestros, 120 torturas, 10 seqüestros de menores, 18 roubos e dois abortos provocados por maus tratos -, além dos comissários Miguel Etchecolatz, Luis Vides e Alberto Rouse, o médico policial Jorge Berges e o cabo Norberto Cozzani. Outros cinco acusados estão foragidos.

USANDO A SUÁSTICA

Contra o principal acusado, Ramon Camps, depõem 200 pessoas, muitas delas torturadas pelo general, preso há dois anos e que



O povo argentino pretende que todos torturadores - e não apenas os mandantes - sejam julgados

se encontra hospitalizado, com câncer. Em 1979, Camps afirmou: "Sou eu o responsável por toda a repressão da província de Buenos Aires", o que, segundo as associações de defesa dos direitos humanos, significa cinco mil "desaparecidos". Camps destacou-se também pelo seu antisemitismo: gostava

de interrogar seus prisioneiros tendo atrás de si uma cruz suástica e intensificava a violência quando os réus eram judeus.

A condução desse processo estará a cargo do juiz federal Julio Strassera, o mesmo promotor do histórico julgamento dos ex-chefes militares que gover-

navam a Argentina de 1976 a 1983 e que levou à prisão perpétua o general Jorge Videla e o almirante Emilio Massera, 17 anos de prisão para o general Roberto Viola, oito para o almirante Lambruschini e pena de quatro anos e seis meses de prisão para o brigadeiro Orlando Ramón Agosti.

Esses militares condenados no dia 9 de dezembro de 1985 foram responsabilizados pela morte, seqüestro e tortura de cerca de 9 mil pessoas durante a ditadura militar.

No dia 23, Camps divulgou uma nota qualificando o julgamento a que será submetido de "farsa jurídica". O truculento general ainda afirmou-se vítima de "uma sentença ditada antecipadamente e pelo poder marxista (!) que hoje nos governa sob a cobertura de uma máscara social-democrata". O réu, ao atacar de "marxista" e "social-democrata" o governo Raul Alfonsín, deixa mais uma vez claro que, para generais de seu quilate, mesmo um governo de feição democrática, mas muito distante do marxismo, é coisa de "comunista". Foi sob esse argumento que muitos cidadãos progressistas foram torturados e assassinados na Argentina, Brasil, Uruguai e continuam presos no Chile, Paraguai...



Télia: respaldo popular

Festa popular no comitê de Télia Negrão no Paraná

Num clima de verdadeira festa popular, com a presença de cerca de 300 pessoas, foi inaugurado na noite de segunda-feira, dia 22, o comitê eleitoral de Télia Negrão, candidata a deputada estadual pelo PMDB, apoiada pelo PC do B. A sede é localizada na esquina das ruas Barão de Antonina e Duque de Caxias, no centro de Curitiba.

A presença de populares foi o grande destaque da festa. Desde operários da CIC, estudantes, importantes lideranças de associações de bairros e sindicais, artistas, uma delegação dos sem-terra do norte-pioneiro do Paraná, com quase 100 participantes, deram um colorido especial ao ato político. De quatro bairros de Curitiba vieram delegações de moradores, que chegaram organizadamente num ônibus, gritando palavras de ordem.

Também estiveram presentes e fizeram uso da palavra importantes expressões do cenário político paranaense como o candidato a vice-governador Ary Queiróz, os candidatos a senador José Richa e Affonso Camargo, além dos candidatos a Constituinte, Cícero Blay, Valdir D'Angelis, Nilton Friedrich, Maria de Lourdes Montenegro e Luis Mussi, representante de Maurício Fruit, e também o dirigente nacional do Partido Comunista do Brasil, Rogério Lustosa.

Sindicalistas de Caxias do Sul com os progressistas

Oito sindicatos de Caxias do Sul (RS) reuniram-se dia 13 de setembro e decidiram dar apoio a candidatos progressistas da região e do Estado nas eleições de 15 de novembro. Eles farão campanha para Jus-sara Cony, a deputada estadual pelo PMDB; Elói Frizzo, deputado federal pelo PC do B; João Gilberto e Paulo Bisol, ao senado, ambos pelo PMDB e Pedro Simon para governador, pelo PMDB. Estiveram presentes representantes das seguintes entidades: sindicatos dos Metalúrgicos, Comerciais, Trabalhadores em Alimentação, Construção-Civil, Rodoviários, Turismo e Hospitalidade, Desenhistas e Lapidação de Jóias.

Arthur Neto mostra que é a melhor opção no Amazonas

Dia 21 duas emissoras de televisão do Amazonas promoveram debates com os quatro candidatos ao governo do Estado: Arthur Neto, pela coligação Muda Amazonas (PSB-PC do B-PDT), Amazonino Mendes, do PMDB, Marcus Barros, do PT e Djalma Passos, do PDS.

No primeiro debate Amazonino Mendes limitou-se a formular desculpas em torno da violência e corrupção que graçam no governo de Gilberto Mestrinho. Os candidatos do PT e do PDS, por outro lado, mostraram-se na verdade uma linha auxiliar de defesa da situação, uma vez que centraram e continuam tendo como centro de sua campanha a crítica ao candidato da coligação Muda Brasil, Arthur Virgílio Neto. Arthur, por seu turno, provou ser a melhor opção e vem crescendo nas pesquisas de opinião, constituindo uma alternativa progressista nessas eleições.

Manifestação no Dia da Juventude em Salvador

A Praça da Piedade, uma das principais de Salvador (na Bahia), recebeu dia 22 de setembro um público colorido, quase todo formado por jovens que foram participar da manifestação em homenagem ao Dia Mundial da Juventude, promovido pelos candidatos a deputado estadual Javier Alfaya, ex-presidente da UNE e a deputada federal, Lídice da Mata, ambos pelo Partido Comunista do Brasil.

"Sou contra" foi o criativo slogan utilizado pelos candidatos para demonstrar a insatisfação e revolta dos jovens com a situação do país e do mundo: "Contra o apartheid, o racismo, a miséria, a falta de escolas, a violência, as injustiças sociais, o imperialismo", afirmava um grande painel estendido no meio da praça. Apresentaram-se poetas, várias lideranças estudantis e de bairros, com pronunciamentos conclamando os jovens à luta para mudar a realidade do país. O ato foi iniciado às 16 horas, encerrado às 19 horas e chegou a juntar 300 pessoas quando os dois candidatos discursaram.

Candidata do PC do B visitou 4.500 casas!

Maria José Jandreice, a Majô, candidata a deputada estadual pelo PC do B na região de Bauru, São Paulo, enfrenta com garra as dificuldades da campanha de um partido pobre sustentado pelo povo. "Nosso partido - disse ela - está muito longe de possuir os recursos milionários de candidatos de outros partidos. Como candidata eu tinha pouco material, até mesmo os folhetos de propaganda rareavam. Então decidi fazer um trabalho de formiga: visitar casa por casa. Contei para isso com o reforço de algumas pessoas que mesmo não sendo do partido decidiram apoiar uma candidatura popular.

"Fundamos um pequeno comitê na sede do partido, mas aberto a todos os que quisessem dar uma força. E a partir daí fomos visitar os moradores em suas casas. Até agora fui em 4.500.

"Como o trabalho era feito principalmente durante o dia, no decorrer da semana, meu contato maior foi com as donas-de-casa. Fui muito bem

recebida por elas. Em geral elas convidavam para entrar, ofereciam um cafézinho. E eu então falava do partido, de seus objetivos e fazia propaganda de minha candidatura. Não sei quantos votos vou conseguir com este trabalho. Mas pelo menos fui tornando o partido conhecido. E eu também passei a ser uma candidata que as donas-de-casa conhecem de perto, não apenas em comícios ou nos palanques".

SALDO POSITIVO

"Nos fins de semana, continua Majô, também fui em muitas casas. Nestas ocasiões encontrei freqüentemente os maridos. E eles ficavam muito surpresos de ver uma candidatura feminina. Principalmente indo de casa em casa, a pé, sem carro de som e outros recursos. Alguns manifestavam certa resistência, achavam estranho uma mulher fazer política. Mas fui sempre bem recebida pela população.

"Foi muito esforço. Mas acho que o resultado está sendo positivo. As donas de casa, o povo em geral, estão vendo que há candidatos simples como eles, que fazem uma campanha cheia de dificuldades mas nem por isso perdem o ânimo de lutar por aquilo em que acreditam.

"Neste trabalho já consegui fundar quatro comitês domiciliares. E aos poucos o pessoal vai se chegando, levantando suas reivindicações."

Maria José é assistente social, trabalha no setor de saúde pública do Estado. Participa há dois anos da Associação de Assistentes Sociais de Bauru e é conselheira da Associação dos Servidores de Saúde do Estado de São Paulo.



Majô: campanha sem verbas

Povo da periferia quer participar da campanha

Em cada lugar onde o povo rompe o bloqueio do debate sobre a Constituinte - ostensivamente dificultado pelo conservadorismo dominante -, surgem propostas ligadas ao dia a dia dos trabalhadores. No dia 21, no Jardim Miriam - periferia paulistana -, duas dezenas de moradores compareceram a uma reunião convocada por Guiomar Cardoso, candidata a deputada estadual pelo PC do B. Aos 56 anos, já avó, e com uma vida de trabalho (foi bóia-fria, doméstica e, atualmente, é atendente de enfermagem), dona Guiomar enraíza sua candidatura no Jabaquara e nos postos de saúde.

Participam da reunião um metalúrgico da Ford, um protético, uma doméstica, um feirante, um mestre de obras... Quase ninguém calejado na política. Mas são levantadas questões como o direito de greve, a obrigatoriedade dos políticos comparecerem às sessões do parlamento, entre outras. Uma senhora idosa, ao



Guiomar: uma vida de trabalho lado do marido, denuncia que os açouques do bairro só têm o pé dos bois, e indaga: "Onde está o festo?" Todos preocupam-se em levantar finanças para a campanha de Guiomar. É proposto um bingo na sede do comitê - entre as prendas, dois quilos de carne! O povo vai fazendo seu aprendizado político...



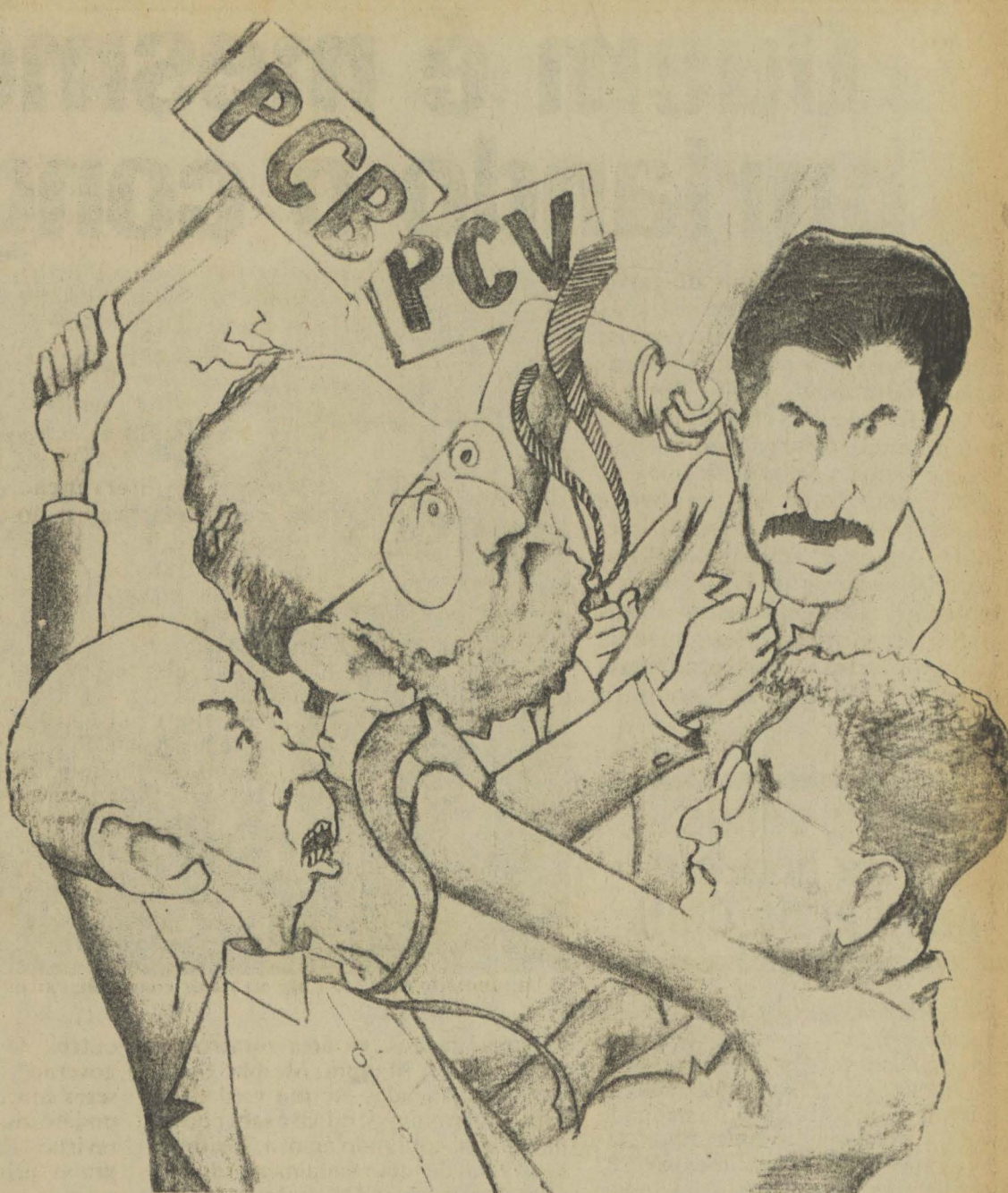
Haroldo (ao centro) conta com o apoio dos sindicalistas do campo

Haroldo Lima recebe apoio de 180 STRs da Bahia

Cento e oitenta sindicatos de trabalhadores rurais da Bahia, reunidos em Salvador no último dia 23, deliberaram apoiar a candidatura de Valdir Pires para governador. Esta importante assembleia, convocada pela Federação dos Trabalhadores Rurais da Bahia (Fetag), aprovou ainda uma lista de candidatos progressistas às assembleias Constituinte e Legislativa indicativas para os camponeses votarem. Entre estes nomes destacam-se os do deputado federal Haroldo

Lima, da vereadora Lídice da Mata, Luís Nova (todos do PC do B) e Vandilson Costa (do PMDB).

Estiveram presentes neste encontro os candidatos a senador da chapa Valdir Pires, Jutacy Magalhães e Rui Baccalar. O Centro de Estudos de Apoio ao Trabalhador Agrícola (Ceata) apresentou uma proposta de resolução dos principais problemas agrários do Estado e que foi encaminhado ao candidato a governador Valdir Pires.



PCB paulista racha ao meio com adesão

Uma guerra interna de dimensões mortais tomou conta do PCB de São Paulo desde segunda-feira, dia 22, quando seu presidente regional Jarbas de Hollanda anunciou um "realinhamento" e aderiu à candidatura Antônio Ermírio de Moraes. Uma ala da legenda revisionista que se diz majoritária acusa Jarbas de ser do "PCV" ("Partido do Cimento Votorantim").

A questão será levada para uma "convenção extraordinária", dia 4 de outubro, e só então será possível medir o tamanho das facções ermiristas e quercistas no chamado *Partidão*. Mas desde já se constata que a divergência cindiu as fileiras partidárias de alto a baixo.

O único deputado federal do PCB de São Paulo, Alberto Goldman, propõe-se a continuar apoiando Quércio, de maneira "independente". Já o deputado estadual do PCB no Estado, Antonio Resk, optou por Ermírio (ainda que seu chofer, revoltado com Resk, prefira abandonar o emprego a aderir ao "PCV"). Por sua vez, o vereador dos revisionistas na capital paulista, Luiz Tenório de Lima, candidato a deputado federal, qualificou de "irresponsável" a atitude da direção regional e diz que "o apoio a Antônio Ermírio pelo PCB não existe". Na Baixada Santista, o candidato a Constituinte, Marcelo Gato, que em 85 protagonizou uma malfadada candidatura a prefeito de Cubatão, "ermirou", enquanto o vereador de São Vicente e pretendente à Assembleia em dobrada com Gato, Gentil Nunes, permanece com Quércio. Ricardo Zarattini e o Alemão são ermiristas. Lázaro Paulinho e José de Arimatéia, sindicalistas e também candidatos, são quercistas. No Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Hilário, o Bigode, é Ermírio, mas seus assessores são Quércio...

"Conheço o Jarbas: ele pegou foi dinheiro!"

Na noite de quarta-feira, dia 24, no comitê sindical de Quércio (rua Galvão Bueno), um abaixo assinado de "sindicalistas, candidatos do PCB" dava a saber: "Abominamos e negamos apoio ao candidato Antônio Ermírio". Na parede, um cartaz a pincel atômico dizia que "candidatos do PCB continuarão fiéis até a vitória final com a ADP" ou seja, com Quércio. A cartaz havia várias assinaturas em geral

de candidatos.

Circulando pelo comitê, Lázaro Paulinho, o Lázinho, do Sindicato dos Marceneiros, comentava, possesso: "Conheço o Jarbas há mais de vinte anos; aquilo pegou foi dinheiro!". Ao seu lado, Arimatéia, dos gráficos, previa que na convenção do dia 4 a ala Quércio deve ganhar mas reconhecia que para o PCB "de qualquer jeito é uma desgraça".

Candidato do PCB acha que Jarbas se vendeu

Aparentemente, a revolta com a postura da direção pecebista atinge principalmente os remanescentes do partido na área operária e sindical do Estado. Afinal, argumenta um metalúrgico, não vai ser fácil ir, por exemplo, na porta da Atlas (que pertence ao Grupo Votorantim e entrou em greve) e pedir voto para o patrão. A cisão, porém, é mais complicada, e o próprio Arimatéia lembra que Goldman, tradicionalmente um porta-voz de áreas pequeno-burguesas e intelectuais, também ficou com Quércio.

O certo é que até a "convenção extraordinária" as fileiras do partido revisionista em São Paulo estarão paralisadas pela luta interna. Mesmo depois da votação da pendência, em 4 de outubro, ninguém acredita que a disciplina se imponha. O candidato do PCB Rodolfo Konder já abriu o precedente, há mais de um mês, ao "ermirar" solene e publicamente. Os derrotados do dia 4, sejam quais forem, seguirão seu exemplo.

As hoje bastante reduzidas bases do PCB paulista, vitimadas por essa paralisia fatal, oscilam entre a perplexidade e a revolta. Num bairro de extração operária do município de São Vicente, uma delas abriu espontaneamente a discussão sobre a alternativa de apoiar os candidatos do PC do B.

Quanto ao eleitorado não organizado, sua reação foi francamente negativa. Mesmo eleitores que tendem para Antônio Ermírio manifestavam antipatia com

uma atitude que cheira a deserção. O panorama pré-eleitoral paulista, apesar de incerto, não apresenta um avanço do malufismo que eventualmente justificasse a adesão ao Antônio Ermírio como um mal menor. Pelo contrário, Maluf está em baixa. E Ermírio, ainda que não possa ser considerado como "farinha do mesmo saco" de Maluf, adota uma linha conservadora.

"Qual então o móvel do "realinhamento" da direção revisionista? Uma funcionária de empresa estatal onde membros do PCB ocupam vários e bem remunerados postos de direção avança uma explicação, simples mas verossímil: essa gente apoiará automaticamente o candidato mais bem situado nas pesquisas por puro apego a seus cargos. Outros motivos, porém, podem ser encontrados. No fundo deles, encontra-se uma notória semelhança entre o projeto pecebista de gerência do capitalismo e aquele incrementado pela grande burguesia brasileira, simbolizada por Antônio Ermírio.

Uma ocasião de mostrar quem é comunista mesmo

No PMDB, PC do B e PSB de São Paulo, que compuseram com o PCB a Aliança Democrática Popular (ADP), a cisão pecebista provocou mais tiradas de humor do que preocupação. "Aquilo não é um partido", comentou, irônico, um membro da mais alta assessoria da campanha Quércio.

O PC do B paulista divulgou na terça-feira 23 uma nota em que, sem referir-se diretamente ao episódio, esclarece que apóia os candidatos majoritários pecebistas "por entender que assim poderemos avançar rumo às mudanças que tanto almejam os brasileiros e não à simples consolidação conservadora, perspectiva apresentada pelo candidato a governador pelo PTB". De imediato, conforme aponta o deputado federal Aurélio Peres, o PC do B tem sido obrigado a esclarecer o eleitorado, que se confunde devido à semelhança das duas siglas. Porém o episódio é encarado como uma ótima oportunidade de mostrar ao povo, em vasta escala, quais são os verdadeiros e quais os falsos comunistas.

Quem é mesmo que está burlando o congelamento?

Quem são os inimigos do povo que promovem o boicote sistemático do congelamento dos preços, cobrando ágio, sonegando mercadorias, especulando com a fome e com a paciência dos consumidores? Embora muito esforço venha sendo feito no sentido de impedir que eles sejam identificados, um breve levantamento das ocorrências irregulares desde a edição do Plano Cruzado mostra que são, principalmente, grandes capitalistas e latifundiários, movidos pela ganância do lucro máximo e sustentados nas leis caducas do modelo econômico vigente.

Diniz vende carne podre e não sai do CMN

Supermercados. O Grupo Pão de Açúcar, o maior do setor, com 650 lojas espalhadas pelo país e quase 45 mil empregados, vem merecendo o título de campeão da criminalidade contra a economia popular. Foi flagrado inúmeras vezes remarcando ilegalmente preços de mercadorias após a instituição do congelamento. Algumas de suas lojas chegaram a ser interditadas, como a da Tijuca, na Zona Norte do Rio, em julho. Em Belo Horizonte (MG) foi comprovado que vendia carne de frango "em adiantado estado de putrefação". O empresário Abílio Diniz, diretor superintendente do grupo Pão de Açúcar - Jumbo, responde a ação penal pelo crime, mas continua cínico e despreocupado: em diversas declarações à imprensa tem assegurado que é um entusiasta do Plano Cruzado e tem se portado rigorosamente dentro da lei. Ele é um dos representantes da burguesia no Conselho Monetário Nacional, órgão do governo federal encarregado de formular as diretrizes básicas da política econômica. Funaro até que ameaçou afastá-lo, mas permaneceu na ameaça. Diniz continua firme no cargo.

Outro membro do Conselho Monetário Nacional que lá continua, muito embora suas empresas tenham sido flagradas repetidas vezes na prática ilegal de remarcações de preços, é o empresário José Carlos Paes Mendonça, proprietário da rede de supermercados Paes Mendonça e Bompreço, igualmente situada entre os maiores grupos econômicos do país.

Também se destacaram na arte de



O latifundiário Octávio Lage só vende com ágio: carros da Fiat, com preços novos

remarcar preços, na área comercial e congêneres, o Mappin, Mesbla, Casas da Banha, Sendas etc (na verdade, a lista é interminável; difícil é saber quem não andou cobrando ágio; a Sunab fez até o final de julho nada menos do que 60 mil autuações). De qualquer forma, seria injusto deixar de citar o hoteleiro Roberto Maksoud, proprietário do Maksoud Plaza, que cobrava absurdos em seu hotel, foi autuado em flagrante delito e chegou a ser levado para a delegacia. Seu irmão, Henry Maksoud, ficou tão furioso que passou a atacar todos os aspectos do Plano Cruzado através de sua revista "Visão" - mostrou até mesmo os prejuízos sofridos pelos salários.

Nos bancos, a irregularidade oficializada

Bancos. Eis um setor que burlou o congelamento não só sob as barbas do governo, mas inclusive com a conivência e o apoio das autoridades. Tratou-se, digamos assim, de uma irregularidade com cobertura oficial, que não admite apelos nem recursos: a partir do congelamento, os banqueiros ganharam o direito de instituir e aumentar as tarifas sobre uma série de serviços que antes prestavam sem nada ou quase nada cobrar, como talões de cheque e

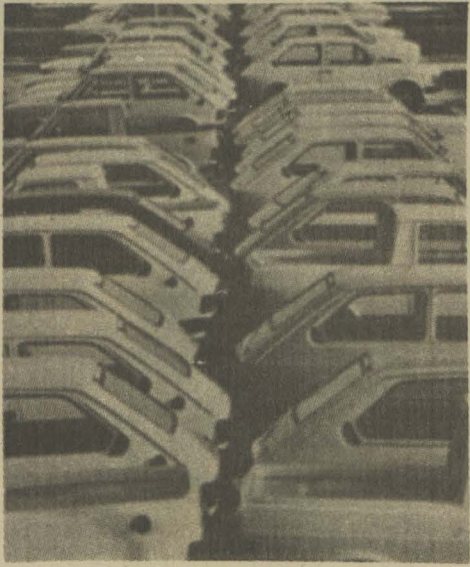
outros. O quê explica a bondade do governo? Em primeiro lugar, neste setor concentram-se capitalistas muito poderosos. O Bradesco, conforme a revista "Balanço Anual", é o maior grupo privado nacional. Um grande número de burocratas do atual governo é ligado aos banqueiros, que indicaram Fernão Bracher para presidente do Banco Central; Olavo Setúbal, principal acionista do Itaú, foi também ministro do Exterior da Nova República. Assim, não é de estranhar a atitude do governo para com os bancos, que alegaram haver sofrido prejuízos com o congelamento, demitiram impunemente mais de 100 mil trabalhadores e conseguiram um lucro astronômico no primeiro semestre deste ano: de Cz\$ 37,7 bilhões. Só com os serviços que cobram atualmente, eles arrecadam o suficiente para fazer frente a 68,6% da folha de pagamento.

Automóveis. No dia 13 de agosto, o CIP (Conselho Interministerial de Preços), órgão do governo federal, autorizou a Ford, a Fiat e a General Motors a reajustarem os preços de alguns dos seus modelos da linha 87 em até 15%. Mais uma brecha no congelamento, devidamente oficializada pelas autoridades. Também neste caso muito facilmente explicável: é um setor completamente monopolizado por poderosas multinacionais. Além das três citadas, destacam-se a Volkswagen, a Mercedes Benz e a Scânia. Elas vinham chorando por aumentos de preços, promoveram uma briga com os fornecedores de peças e outros componentes que dura até hoje e vez por outra acarreta a paralisação da produção. E incentivaram o ágio que, cobrado livremente pelas revendedoras, acabou servindo de justificativa ao governo para instituir o chamado "empréstimo compulsório". A cobrança de ágio foi comprovada em várias concessionárias das multinacionais (em particular nas da Volks), mas até agora se desconhece punição dos infratores.

Remédios. A escassez de medicamentos logo após o congelamento girou em torno de 30 a 40% e subsiste até hoje. As indústrias farmacêuticas, além de alegarem cobrança de ágio por parte dos fornecedores de embalagens de vidro, asseguraram que operam com prejuízos e pressionam por aumento de preços, ainda que sob a forma de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) ou Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Praticamente todo o setor é controlado pelas multinacionais (destacando-se a Roche Química e Farmácia S.A., a Ache Laboratórios Farmacêuticos, a Shering, a Pfizer e a Fontoura Wyeth, a maioria de origem norte-americana). Aqui a pressão dá-se mais nos bancos, mas recentemente no Paquistão elas divulgaram uma carta ameaçando boicotar a distribuição de remédios por motivo idêntico: exigem aumento de preços.



Ermirio manobra contra o congelamento



Cimento. Um ramo muito conhecido pelo império Votorantim (veja matéria na página 7), do empresário Antônio Ermirio de Moraes, que, pelo menos em duas ocasiões fraudou o congelamento. Na Bahia, as empresas Aratu e Salvador, do grupo, inventaram um custo de frete fictício e, com isto, majoraram o preço do cimento; já a Votocel é uma fábrica de papel transparente para embalagens que aumentou o preço de seus produtos em 10% através de uma malandragem: reduziu o desconto de 17% (explicado pela nova perspectiva de inflação e redução dos custos financeiros) que vinha concedendo aos compradores para apenas 7%. O governo assistiu calado.

Roupas. Os aumentos de preços dos vestuários foram por demais abusivos. O governo chegou a atribuir boa parte da inflação ocorrida após o Plano Cruzado às flutuações de preços no setor. E os responsáveis pelas remarcações, no caso, situam-se tanto no comércio como na indústria. Neste último ramo, chegaram a ser flagradas a indústria Têxteis Vicunha (a 9ª maior do país, com mais de 3 mil operários) e a Companhia Progresso do Brasil (fábrica de Bangu). As principais empresas vinculadas ao setor são a Tatuapé, Santista, Linhas Correntes e Clane.

O boi pasta, o governo vê, o dono enriquece

Carne. Das atividades de boicote e especulação, a que mais provocou e provoca transtornos para a população é, sem dúvidas, a da carne. Nos dois casos, sobressai a atividade criminosa dos latifundiários. Eles desafiaram abertamente o congelamento, promovendo uma especulação descarada com o preço da carne e mantendo o boi no pasto, só comercializando com ágio. As declarações do pecuarista Octávio Lage, ex-governador de Goiás, exemplificam bem como agem e o que pensa seus companheiros de classe: "Eu não vou e ninguém vai vender gado a 215 cruzados a arroba", assegura. Informa que tem bois prontos para abate, mas só vende com ágio. Uma guerra declarada contra o congelamento, também seguida pelo conjunto dos frigoríficos (todos eles cobram ágio, conforme declarações dos próprios proprietários).

O fenômeno do ágio e da remarcação, disfarçado ou não, dos preços dos produtos (especialmente através da maquiagem das mercadorias) atingiu, na verdade, praticamente todos os ramos da economia. Evidenciou-se neste período, por exemplo, modificações domésticas e aumentos nos preços de produtos como geladeiras, lavadoras, freezers, aparelhos de som. E muitas outras mercadorias. Tudo isto ocorre em função da lógica febril do sistema em que cada empresa persegue a qualquer custo o máximo possível de lucro, atropelando, com isto, os interesses maiores do povo e, mesmo, as normas mais elementares de convivência. No caso, praticando descaradamente o crime contra a economia popular.



Eunice: farsa do seqüestro destruída

Justiça encontra processo do caso Rubens Paiva

O processo relativo ao desaparecimento de Rubens Paiva - deputado seqüestrado pelos órgãos de repressão da ditadura militar em 1971 e nunca mais visto - foi reencontrado pelo Ministério da Justiça, após ter sido dado como "sumido" há cinco anos.

A postura dos militares em relação ao caso continua sendo de confissão de culpa e proteção dos criminosos que torturaram e mataram o deputado democrata. Ao ser empossado como novo ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, dia 15, o general Paulo Campos Paiva disse que "se houve anistia é para que não haja reabertura de caso nenhum. Nem dos expropriadores, nem contra os justicadores e nem contra o caso Rubens Paiva"...

A viúva do deputado, Eunice Paiva, afirmou que "a versão das autoridades, assinada inclusive em documentos do general Sizenro Sarmiento e Sylvio Frota, sempre negava que Rubens estivesse preso em poder do Exército. Pela história oficial, depois de retirado por eles de nossa casa, no começo de janeiro, Rubens foi seqüestrado por desconhecidos. Agora, a primeira testemunha que viu meu marido massacrado e balbuciando seu nome na cela da Barão de Mesquita destrói de pronto a farsa do seqüestro".

No dia 19, um novo depoimento veio reafirmar a versão do tenente-médico Lobo. Marco Aurélio Magalhães, que serviu como soldado na Polícia do Exército do Rio em 1971, afirmou que assistiu a várias sessões de tortura naquela instalação militar. E disse que, sempre que um prisioneiro ficava à beira da morte devido às torturas, os algezes se alarmavam: "Cuidado, bate devagar, olha o caso do deputado"... Na sua sessão de 24 de outubro, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, do Ministério da Justiça, deverá analisar à luz dos novos fatos o caso Rubens Paiva.

Reunião do GATT não satisfaz o imperialismo

Terminou no último fim de semana, em Punta del Este, no Uruguai, a reunião do Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), um tratado que atualmente rege cerca de 80% do comércio mundial.

A reunião foi marcada por tensões. O Brasil foi alvo de grande pressão, principalmente por parte dos Estados Unidos, em particular na discussão sobre o setor de serviços - a partir de 1980 este setor passou a representar em média 40% do Produto Nacional Bruto dos países chamados subdesenvolvidos e 70% dos industrializados. Os EUA queriam que o setor de serviços fosse colocado sob as normas do Gatt.

A inclusão dos serviços no Gatt significaria para nós a perda da autonomia na elaboração da política de desenvolvimento em áreas estratégicas como a da informática. O Brasil que está nos primeiros passos dessa indústria seria esmagado pelo rolo compressor das grandes empresas estrangeiras. Não somente na informática mas inclusive em outros ramos como bancos e empresas de seguros.

Além do Brasil outros países como a Índia, Argentina, Egito, Tanzânia, Perú, Nicarágua, Nigéria, que formaram o "grupo dos dez" defenderam proposta contrária ao dos EUA.

Como resultado da reunião houve um recuo por parte dos EUA, que desistiram de forçar a votação, uma vez que em geral as medidas do Gatt são tomadas por consenso. O grupo dos dez por sua vez, que em princípio se recusava a discutir a questão, no final aceitou transferir o debate para daqui a quatro anos. De qualquer forma o acontecimento significou uma vitória contra as pressões do imperialismo. (Amarilis Prado Sardenberg)

Governo ignora a lei e cede ao latifúndio

O governo rosnou muito. Esbravejou à vontade. Mas acabou cedendo vergenhosamente à pressão dos latifundiários ao patrocinar um novo "acordo de cavaleiros" que concedeu aos pecuaristas um aumento de cerca de 30% sobre o preço da arroba do boi estipulado em 28 de fevereiro, que, assim, pulou de Cz\$ 215 para Cz\$ 280.

Mas, a lei, a lei... será que o nosso ministro da Justiça, Paulo Brossard, valente e dedicado tribuno que também acumula as funções de pecuarista, será que ele ouviu vozes? Observa-se as palavras do vice-presidente da Comissão Nacional de Pecuaría de Corte, Lauro Tavares. O abate interno de bois foi "travado" pelo menos desde que a carne importada começou a chegar ao país, assegurou durante entrevista à televisão. Uma afirmação que deixou mais do que claro o boicote dos latifundiários, conforme interpretou o ministro da Fazenda, Dilson Funaro. Porém, é apenas uma evidência a mais. Os exemplos e provas de especulação, de confinamento do gado nas invernações, de descarada ilegalidade, não se resumem a isto. São muito mais numerosos. O próprio governo concluiu que há cerca de 3 milhões de cabeças de bois nos pastos, em condições de abate, somente no Sul do país.

CASO ENCERRADO?

Depois de fechado o cavaleiresco acordo, as autoridades e alguns representantes dos pecuaristas garantiram que, em pouco tempo, começará o abate de aproximadamente um milhão de cabeças de gado. Prometeram, em consequência, que a normalização do abastecimento não tardará.

Mesmo essa promessa, infeliz-

mente, não merece muita confiança. Boa parte dos frigoríficos, que comprometeram-se a pagar os Cz\$ 280 por arroba de carne, mostram-se insatisfeitos. Eurico Benedito Filho, diretor do Frigorífico de Araçatuba (Araçatuba) disse que é inviável comprar o produto acima de Cz\$ 250 a arroba e, ao mesmo tempo, cumprir a tabela da Sunab.

A isenção do ICM foi a base do acerto promovido pelo governo. Entretanto, é notório que a sonegação desse imposto pela indústria da carne tornou-se, há muito, uma norma. No Paraná, segundo recente estimativa das secretarias das Finanças e da Agricultura, cerca de 70% do ICM que incide sobre abate de bois em pé foram sonegados, o que provocou um prejuízo de Cz\$ 700 milhões aos cofres públicos do Estado.

Além disso, o comércio, com ágio, tem permitido um preço bem mais vantajoso aos latifundiários. A arroba da carne bovina tem sido cotada a Cz\$ 350, Cz\$ 400 e até mais no mercado. Por outro lado, o movimento especulativo é que explica tal situação. De fato, não se trata, no caso, de pressão de custos, ou seja, de que o tabelamento teria sido irreal, abaixo inclusive dos custos de produção. Ao contrário, o preço do boi em 28 de fevereiro estava muito acima da média dos períodos anteriores.

De qualquer forma, mais uma vez quem paga o pato (ou, neste caso, o boi) é o povo. Para esconder a impotência do governo no embate com os pecuaristas, o ministro João Sayad, do Planejamento, gaguejou: "A isenção do ICM não representa um subsídio ao pecuarista, mas ao consumidor". Mas isto não passa de uma desculpa, e muito esfarrapada.

Foto: Jorge Araújo



LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

O caminho da burguesia

Os brasileiros têm assistido a freqüentes “bate-bocas” entre autoridades do governo brasileiro e representantes do imperialismo. Há poucas semanas, durante a visita do presidente Sarney aos EUA, Ronald Reagan abriu as baterias contra o nosso país, exigindo que o Brasil capitulasse na questão da reserva de mercado para a informática. José Sarney respondeu com uma atitude de resistência. Agora, na ONU, o ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, voltou a dizer que o “Brasil não pagará a dívida externa com a fome e a miséria do seu povo, nem com prejuízo da democracia”.

MEIAS MEDIDAS

Mas apesar disto, o Brasil continua pagando mais de 17 milhões de salários mínimos por mês como juros da dívida externa. Continua com uma taxa de risco sobre os juros da dívida externa muito superior a de outros países. E o governo investe pesado contra bancários, professores e outras categorias em greve dizendo que as suas reivindicações são justas mas impossíveis de serem atendidas na atual conjuntura. Em outras palavras, paga-se a dívida com a fome do povo. E usa-se a lei antidemocrática elaborada durante a ditadura militar para reprimir as greves.

Nota-se então que o governo tem na verdade uma posição de meias medidas. Pretende resistir às pressões do capital internacional mas dentro de limites. Quer renegociar a dívida para obter melhores condições de pagamentos. Não tem ousadia de adotar a posição de suspender o pagamento dos juros e do principal e aplicar este capital no desenvolvimento do país. Da mesma maneira, o governo optou por um regime democrático também limitado: admite os movimentos reivindicatórios mas pretende mantê-los restritos. Usa a lei de greve da ditadura com uma interpretação mais flexível.

CAMINHO REFORMISTA

Estas concepções devem se refletir na futura Constituinte. A burguesia monopolista não pretende simplesmente manter a atual Constituição, de orientação fascista, incapaz de permitir um mínimo de liberdade. Mas tratará de elaborar uma nova Carta Magna feita sob o estrito controle das classes dominantes, de cima para baixo, sem efetiva participação popular.

No fundo o que existe é uma tentativa reformista de tratar os problemas do país e de vencer os 21 anos de regime militar. Não é “a mesma coisa” de antes como gritam os petistas, e sim a maneira burguesa de promover um novo modelo capitalista no país.

Este novo modelo tem aspectos positivos enquanto resiste à pressão imperialista e enquanto coloca-se contra o latifúndio improdutivo. Mas não atende aos anseios do povo que almeja soluções revolucionárias para garantir a soberania nacional, liquidar o sistema do latifúndio e abrir caminho para a passagem ao socialismo.

LUTA COMPLEXA

Para a classe operária será portanto um combate complexo. Por um lado interessa ao povo a resistência ao capital estrangeiro e o plano, mesmo que tímido, de reforma agrária. Por outro lado cabe a crítica revolucionária a este caminho, uma vez que é insuficiente para resolver os problemas. Será uma luta em duas frentes. De apoio das medidas que tenham conteúdo progressista - e pressão para que sejam levadas até o limite máximo - e de oposição ao que seja contrário aos interesses do povo e ao desenvolvimento da democracia. Voltaremos ao tema. (Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Ação da UDR

O abuso do poder econômico torna-se cada dia mais descarado nesta campanha eleitoral. Em Belo Horizonte, o presidente nacional da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, fez uma verdadeira confissão neste sentido. Segundo Ronaldo Caiado, a UDR pretende investir Cz\$ 20 milhões para fortalecer a “classe produtora rural”, visando colocar no Congresso Nacional “homens que defendam o direito da propriedade, da livre iniciativa e do exercício da democracia”.

O direito de propriedade que ele defende é apenas o dos grandes fazendeiros. Ele considera “injustas” as desapropriações realizadas pelo Plano Nacional de Reforma Agrária e pretende lutar diariamente contra elas. A UDR transformou-se num verdadeiro partido político contra a reforma agrária e, aproveitando-se da impunidade que goza este tipo de organização reacionária, não vacila em promover as violências contra os posseiros e sem-terras que lutam por um pedaço de chão.

A Justiça Eleitoral, tão preocupada em impedir as pixações de muros e em vetar a presença de lideranças políticas nos programas de TV, devia tomar medidas contra as pressões econômicas exercidas por tal organização no processo eleitoral.

O Brasil que a Constituição da Comissão Arinos propõe

No último dia 18 a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais entregou ao presidente José Sarney o anteprojeto de Constituição que elaborou ao longo de mais de um ano de trabalho. O texto é um importante subsídio para a Assembléia Constituinte e abarca questões como a limitação do pagamento do serviço da dívida externa e o levantamento do montante e da legitimidade dos empréstimos contraídos no exterior.

São mais de 500 artigos, envolvendo os deveres e os direitos dos brasileiros, as normas de relacionamento da nação com os estrangeiros e a constituição do Estado brasileiro. Lá se encontram dispositivos avançados da defesa da nossa soberania, ao lado de artigos de caráter conservador, que não sintonizam com as aspirações políticas e sociais de nossa gente. Reflexo, na verdade, da composição demasiado heterogênea da Comissão idealizada pelo presidente Tancredo Neves e instituída por José Sarney em 19 de julho de 1985.

A Comissão contava com 50 integrantes, logo batizados de “notáveis” pela imprensa. Em março deste ano um de seus membros, Célio Borja, ficou impossibilitado de participar de suas sessões, por ter sido nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, reduzindo-se o efetivo para 49 “notáveis”, presididos pelo jurista Afonso Arinos de Melo Franco. Nela conviviam o conservador Ney Prado - ex-professor da reacionária Escola Superior de Guerra, indicado pelos generais para a Comissão - e o democrata Walter Barelli - diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). Miguel Reale - comprometido com a elaboração da Constituição de 1967, imposto ao país pelos generais - e Barbosa Lima Sobrinho - presidente da Associação Brasileira de Imprensa, participante da luta democrática contra os golpistas de 1964. Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho - presidente da poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - e José Francisco da Silva - presidente da respeitada Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Contag. Uma composição tão dispar resultou num texto que não tem uma concepção constitucional única. Os artigos do anteprojeto por vezes entram em minúcias desnecessárias, e em outros momentos pecam pela generalidade extremada.

Tortura, crime que não tem anistia

Os elementos progressistas que integram a Comissão conseguiram imprimir ao texto pontos positivos - como por exemplo, no capítulo “Dos Direitos e Garantias”, onde o parágrafo único do artigo 16 não deixa lugar a dúvidas: “A tortura, a qualquer título, constitui crime inafiançável e insuscetível de anistia e prescrição”. Por outro lado, há dispositivos com limitações evidentes, como o capítulo “Das Forças Armadas”, destinadas “a assegurar a independência e a soberania do País, a integridade do seu território, os poderes constitucionais e, por iniciativa expressa destes, nos casos estritos da lei, a ordem constitucional”. Uma formulação que, embora restrinja (a alta oficialidade não gostou, preferindo o texto elaborado pelos próprios militares na Constituição de 1967, que coloca-os como “guardiões” da ordem constitucional), não impede de todo a ingerência militar na polí-



A composição heterogênea da Comissão refletiu-se no anteprojeto entregue por Afonso Arinos ao presidente Sarney (foto menor)

tica, desde que solicitada “por iniciativa expressa” dos “poderes constitucionais”... O trecho “dos poderes constitucionais” em diante, foi incluído no texto do artigo por pressão dos militares.

Vale destacar os aspectos positivos do anteprojeto da Comissão Arinos. O artigo 56, por exemplo, cria o “Defensor do Povo, incumbido, na forma da lei complementar, de zelar pelo efetivo respeito dos poderes do Estado aos direitos assegurados na Constituição, apurando abusos e omissões de qualquer autoridade e indicando aos órgãos competentes as medidas necessárias à sua correção ou punição”. O texto especifica que o Defensor do Povo é eleito pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados e possibilita às Constituições Estaduais instituírem também a Defensoria do Povo.

Dívida externa será averiguada

Especial ódio dos setores ligados ao imperialismo estão causando os artigos 12 e 13 das “Disposições Gerais e Transitórias”, que determinam, de forma categórica: “Ficam limitados ao máximo de três por cento ao ano, reais, sobre o saldo da dívida externa já contraída pela União, os encargos de qualquer natureza que sobre ela possam ser pagos”. “A dívida externa será levantada nos seis meses seguintes à promulgação da Constituição, mediante apropriada análise de sua legitimidade”. Esses itens estão claramente ligados à luta em defesa da soberania de nossa pátria e contra a espoliação de nosso povo pelo capital alienígena. Os vários artigos envolvendo os limites da atuação das multinacionais no país, a dívida externa (é estipulado que os empréstimos externos sejam submetidos à aprovação do Congresso Nacional e que sejam aforados no Distrito Federal - atualmente o são em Nova Iorque) merecem análise mais pormenorizada, que não cabe nos limites desta primeira abordagem do anteprojeto.

Ainda no que diz respeito aos direitos trabalhistas, à família, saúde, educação, o texto é sensível aos anseios populares e às lutas organizadas que vêm sendo desenvolvidas pelos brasileiros. Assim, o artigo 364 afirma que o pátrio poder pode ser exercido por qualquer dos genitores, pondo fim à figura do homem como “chefe da família”. O artigo 349 estende a aposentadoria às camponesas e - um ponto discutível - às “donas de casa”. O artigo 361 determina que as empresas dediquem um percentual de sua

renda bruta para educação e saúde dos funcionários.

Principalmente no que diz respeito aos poderes constituídos - Executivo, Legislativo e Judiciário - as mudanças propostas são acanhadas.

No caso do Executivo, em alguns aspectos foi reforçado o poder do presidente da República. A ponto de este poder dissolver a Câmara Federal se “dentro do prazo de dez dias, a contar do recebimento do pedido, for recusado, por maioria absoluta de seus membros, o voto de confiança solicitado pelo Presidente do Conselho”. Aliás, se a Câmara rejeitar, por duas vezes, a indicação do Presidente do Conselho, o presidente da República poderá nomear livremente um novo nome.

Ao presidente cabe, ainda, nomear o procurador geral da República, os governadores dos Territórios, os ministros de Estado, os juizes do Superior Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Superiores e Tribunal Federal de Contas, dos Tribunais Federais, o consultor geral da República, os comandantes das Forças Armadas. Pode vetar projetos de lei, permitir a presença de forças estrangeiras no país, decretar a intervenção federal nos Estados, decretar os estados de alarme e o de sítio, entre outras atribuições. O mandato presidencial proposto é de seis anos - igual ao proposto para os governadores (que atualmente têm quatro anos de mandato).

Presidencialismo e parlamentarismo

É criada a função de presidente do Conselho de Ministros (uma espécie de primeiro-ministro), “indicado pelo presidente da República à Câmara dos Deputados, após consulta às correntes político-partidárias que compõem a maioria do Congresso Nacional”. Ao presidente do Conselho cabe exercer, “com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal”, elaborar planos e programas nacionais e regionais de desenvolvimento, nomear e exonerar secretários e subsecretários de Estado, propor veto ou pedido de reconsideração aos projetos de lei aprovados pelo Congresso, entre outras funções. Essa novidade na vida política brasileira levou a que a imprensa batizasse a forma de governo proposta de “regime parlamentar híbrido, com resquícios de presidencialismo”.

No caso do Legislativo, as mudanças - para melhor -



foram extremamente tímidas. A começar pela manutenção do Senado, que continua com sua função de contrabalancear as decisões de cunho democrático da Câmara Federal. Cabe lembrar que é apenas o Senado - e não o conjunto do Congresso - que precisa referendar os nomes dos governantes dos Territórios, do procurador geral da República, dos ministros e juizes indicados pelo chefe do Executivo. Interessante notar, também, que o presidente da República pode dissolver a Câmara Federal, mas não o Senado...

Mais deputados para São Paulo

Com relação à Câmara, há a mudança positiva da proporcionalidade de representação dos Estados - no mínimo seis, no máximo 70 deputados para cada Estado (São Paulo, atualmente, tem 60 deputados federais). Mas o número total de deputados federais é diminuído, dos 487 a serem eleitos no próximo 15 de novembro, para 420. No que diz respeito às Câmaras Municipais, o artigo 122 assegura aos vereadores, “no território do Município, a inviolabilidade do mandato, por suas opiniões, palavras e votos”. Mas o anteprojeto mantém a distorção no que diz respeito à representação popular nas grandes cidades - a capital paulista, com seus mais de 10 milhões de habitantes, terá o mesmo número de vereadores que uma cidade com 1,5 milhão de municípios.

Já o Poder Judiciário ficou praticamente intocado, com seu sistema arcaico e reacionário. Mantém-se o sistema de nomeação dos juizes dos Tribunais Federais pelo presidente da República e os juizes são, pelo artigo 268,

vitalícios e inamovíveis, com promoções por antiguidade e merecimento. O Judiciário fica com sua estrutura morosa e alheia às pressões populares. As novidades são poucas: o artigo 271 determina que o Poder Judiciário elabore sua própria proposta orçamentária, o que assegura certa autonomia em relação ao Poder Executivo. O artigo 74 cria o Juizado de Pequenas Causas e o 291 determina a criação das Varas Regionais de Justiça Agrária.

O anteprojeto da Comissão apresenta também algumas omissões injustificáveis. A mais gritante diz respeito à reforma agrária, tratada apenas formalmente no texto. Mas existem outras, como a que diz respeito ao aborto - solenemente ignorado - e a alguns direitos sociais do proletariado, como o da livre organização de Comissões de Empresas. Questão tratada de maneira muito genérica diz respeito ao salário. O conceito de salário mínimo é substituído, no artigo 343-I, por um “salário real e justo capaz de satisfazer as necessidades normais do trabalhador e as de sua família”.

Um dos referenciais para a nova Carta

Naturalmente a variedade e complexidade dos assuntos tratados no anteprojeto, e a própria falta de uma unidade interna, impossibilitam um tratamento mais exaustivo do tema num primeiro artigo. Dada a importância do documento, a Tribuna Operária voltará a analisá-lo em outras edições. Sem dúvida ele já é um dos referenciais para os debates que estão sendo travados na sociedade no momento em que se processa as eleições dos deputados e senadores constituintes. (Carlos Pompe)

Centro de Pesquisas e Memória Fundação Maurício Grabois



Os empresários querem as linhas mais lucrativas da CMTC, para depois acabar de vez com ela

Empresários de ônibus querem o fim da CMTC

Os empresários de ônibus urbanos de São Paulo tentam de todas as maneiras implodir a CMTC (Companhia Municipal de Transporte Coletivo), a fim de dominarem sem concorrência este setor. Para alcançar seus objetivos contam com ajuda do prefeito Jânio Quadros e do próprio presidente da CMTC, Jether de Abreu, que estão sucateando os ônibus da prefeitura e cedendo linhas rentáveis às empresas particulares.

A CMTC tem cerca de 3.200 ônibus, mas apenas 2.700 em operação. Mais de 500 não estão circulando, número muito alto, o que evidencia a política de desestruturação da empresa. Na semana passada a imprensa denunciou que cerca de 300 ônibus da CMTC estavam parados e sendo sucateados. Outros 211 estão na "reserva", ou seja, sendo revividos nas garagens.

DE OLHO NAS LINHAS

Diante disto e mais o fato da CMTC estar passando linhas rentáveis para as empresas particulares, levou a vereadora Teresa Lajolo a pedir a abertura de uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) para averiguar a atual situação da CMTC e discutir a deterioração dos serviços de ônibus urbanos na capital e a questão dos subsídios às empresas privadas. Este é um assunto particularmente importante, pois envolve o transporte de quase sete milhões de passageiros que dia-

riamente se utilizam dos ônibus em São Paulo.

A CMTC opera 226 linhas de ônibus, assumindo um serviço de aspecto social, atendendo a localidades de periferia que empresas privadas não se interessam. Mais da metade de suas linhas não são rentáveis. Mas os empresários sempre pressionam para obter a concessão daquelas que são rentáveis. Durante a gestão do prefeito Reinaldo de Barros a CMTC perdeu 28 destas linhas. Durante este ano a prefeitura planejava transferir mais 11 linhas à iniciativa privada, mas devido à reação popular foi concretizada apenas uma. A linha Eldorado-Anhangabaú, que rendia Cz\$ 750 mil por mês foi cedida à empresa Mar Paulista, que em troca passou à CMTC a linha Jardim Lusopraça da Bandeira, que era deficitária.

Com a eleição de Jânio Quadros os empresários passaram a contar com um importante aliado na prefeitura. Em seus

quase nove meses de mandato o homem da vassoura tem tomado medidas que colocam em risco a sobrevivência da CMTC e de um favoritismo descarado às empresas de ônibus particulares. Em dezembro, antes de tomar posse, ele declarava ao jornal "O Estado de S. Paulo" que a CMTC deveria "ser tocada como uma empresa privada". E ia mais além: "se for totalmente impossível mantê-la em termos empresariais, então a alternativa é começar a desativá-la, isto é, começar a privatizá-la".

CHORADEIRA SEMPRE

Logo após a decretação do Plano Cruzado, Jânio se tornou um porta-voz dos empresários e foi até Brasília pedir o descongelamento das tarifas ou o subsídio para as empresas. Os proprietários de empresas de ônibus sempre choraram em busca de tarifas sempre mais caras. Isto apesar das tarifas serem reajustadas acima da inflação nos anos da ditadura. E para engordar seus lucros os patrões ainda descontam dos salários de seus empregados o valor das peças dos ônibus que se quebram.

Durante a administração do prefeito peemedebista Mário Covas, se tomaram algumas medidas para coibir certos abusos. Em fevereiro de 1984 os empresários de ônibus ameaçaram fazer um locaute com objetivo de aumentar as tarifas. A prefeitura então decretou a intervenção em 11 das 33 empresas concessionárias de São Paulo, descobrindo-se uma série de irregularidades. Entre estas, a mais comum era a de se declarar o transporte de um número de passageiros muito abaixo do real para afirmar às autoridades que a linha não era lucrativa.

Agora se comenta que as empresas particulares intervieram na CMTC, pois o seu atual presidente, Jether de Abreu, é assessor econômico da Transurb (sindicato das empresas particulares de ônibus).

O próximo passo do prefeito é conseguir recursos destinados às empresas de transporte coletivo. Já existe pronto um projeto que prevê subsídios do governo federal para estes empresários. Para isso seria criado a câmara de compensação, sistema onde toda a arrecadação com passagens formaria um caixa único, que depois seria dividido entre todas as empresas, de acordo com a participação de cada uma no sistema de transporte.

SUBSÍDIOS A QUEM?

O transporte coletivo tem um peso considerável no orçamento das famílias de baixa renda, variando de 10 a 25% de seus gastos, dependendo da cidade. Em outros países da América Latina este percentual atinge em média 5%. Os gastos com transporte em nosso país é tão superior assim porque aqui não se dá nenhum tipo de subsídio a este serviço.

O subsídio ao transporte é uma necessidade, mas para que ele seja concedido é necessário a estatização deste serviço público. É inconcebível que se repasse dinheiro público às empresas privadas que só visam o lucro e prestam serviços de péssima qualidade. (Domingos Abreu)

Greve no Porto de Santos por descanso no 7º dia

O Porto de Santos está parado - e agitado! No dia 18, 8 mil estivadores, conferentes, consertadores e vigias portuários realizaram greve de dois dias, liderados pelos respectivos sindicatos. A reivindicação é elementar e difícil de ser contestada em sua justeza: esses trabalhadores querem o direito ao descanso semanal remunerado...

A paralisação contou com a completa adesão das categorias. O ministro do Trabalho, Almir Pazzianoto, e o ministro interino dos Transportes, Mário Picanço, convocaram os presidentes dos quatro sindicatos para uma reunião em Brasília. Não tiveram como se contrapor à reivindicação, mas alegaram "dificuldades técnicas imensas" para atendê-la neste ano, segundo o relato do presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, Jardie Nunes da Motta. Uma afirmação difícil de ser sustentada. Afinal, desde 1951 é cobrado o descanso semanal dos trabalhadores nos fretes. Os generais, após tomarem o poder, suspenderam o pagamento desse descanso, em 1965. Mas continuaram a cobrá-lo das empresas que utilizam os serviços portuários. Mesmo agora o descanso semanal é pago pelas empresas, mas não é repassado aos operários. O governo só



Manifestação dos grevistas diante do Sindicato dos Estivadores

admite entregar essa verba a seus legítimos proprietários, isto é, aos trabalhadores do porto, a partir de janeiro de 1987! No dia 22 esses trabalhadores voltaram ao serviço. Mas então foram os guindasteiros que entraram em greve. Reivindicam um aumento de 40% em

seus salários a título de periculosidade. Quando encerrávamos esta edição, os guindasteiros continuavam parados e os estivadores, conferentes, consertadores e vigias portuários preparavam-se para nova greve, desta vez de 72 horas, exigindo o descanso semanal remunerado.

Governo não aceita negociar com previdenciários parados

Os previdenciários de alguns dos 16 Estados que estavam em greve desde o dia 11 de setembro decidiram retornar ao trabalho, diante das ameaças e da negativa do Ministério da Previdência Social em atender suas reivindicações. Por seu lado os funcionários que ainda mantêm paralisados o trabalho estão recolhendo assinaturas em um abaixo-assinado dirigido ao presidente José Sarney

pedindo a demissão do ministro Raphael Magalhães. A insensibilidade do governo diante dos grevistas e as atitudes repressivas tem gerado um clima de grande indignação entre os funcionários da Previdência. Em Brasília oito previdenciários foram presos pela Polícia Federal no dia 18 e enquadrados na Lei de Greve, estando sujeitos a penas de seis meses a um ano de prisão. Os

grevistas ficaram presos durante 24 horas porque estavam fazendo piquetes. Na mesma semana um assessor do presidente Sarney afirmava que o governo não negociava com os grevistas da Previdência porque considerava este movimento contra os pobres. Mas a verdade é que nenhum previdenciário está contra os trabalhadores, apenas reivindicam melhores salários.

Impasse na paralisação do magistério

Continua num impasse a greve dos professores da rede estadual de São Paulo, parados desde o dia 10. Na assembléia do dia 24, realizada pela Associação dos Professores do Ensino Oficial no Estado de São Paulo (Apeoesp), em frente à Secretaria da Educa-

ção, reunindo cerca de 20 mil pessoas, decidiu-se continuar o movimento até que o governador reabra as negociações e aceite conceder a reivindicação de um piso de cinco salários-mínimos.

O governo por sua vez se

recusa a atendê-los e diz que já concedeu um aumento de 40,7% (divididos em duas etapas, uma em 1º de setembro e outra em 1º de dezembro) e que o orçamento do Estado já está todo comprometido. Esta atitude de intransigência tem revoltado os professores. Durante sua assembléia do dia 24, os docentes pediam a exoneração do secretário da Educação.

Segundo a Apeoesp o movimento paredista cresceu na última semana, atingindo 74 regiões, "entre 80 e 100% da categoria". No dia 22 duas outras entidades aderiram à greve: o Centro do Professorado Paulista (CPP) e a União dos Diretores de Escola do Magistério Oficial (Udemo). Agora das quatro entidades representativas do professorado, apenas a Associação dos Supervisores de Ensino ainda não aderiu à paralisação.

Em outros Estados os professores da rede estadual também estão parados. Em Minas eles entraram em greve no dia 24 em protesto pelo descumprimento das propostas do governo feitas no primeiro semestre. No Paraná cerca de 80% da categoria está em greve por aumento salarial e na Bahia os professores fizeram uma greve de advertência no dia 24 para exigir o cumprimento do acordo feito com o governo no final do ano passado.

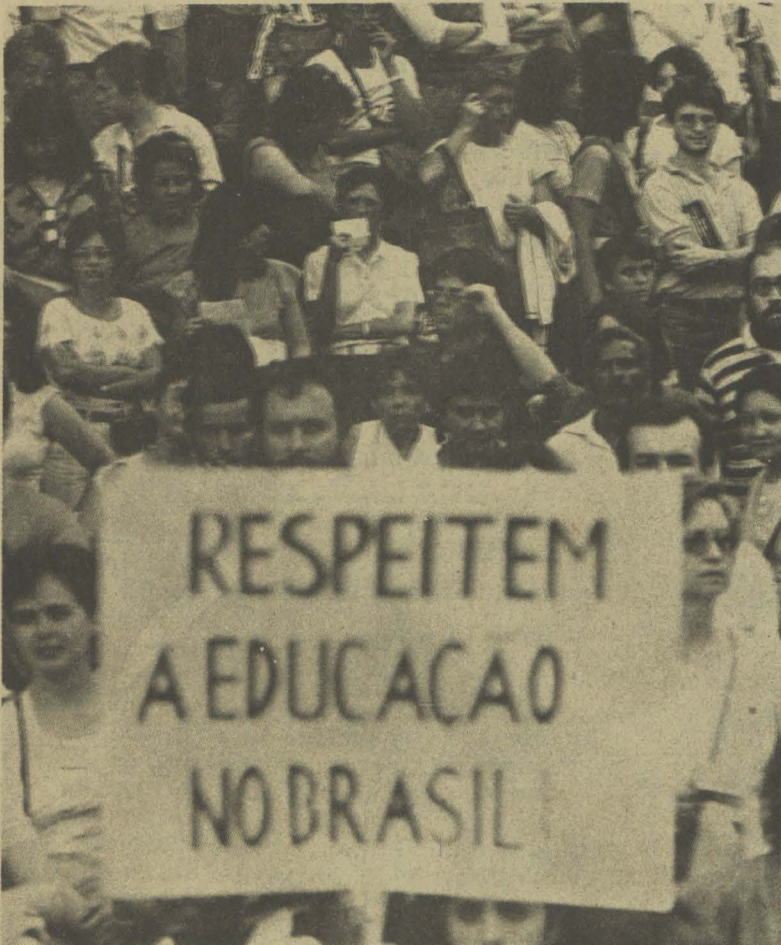


Foto: Alton S. Leite

Cartaz na assembléia dos professores: preocupação com educação

Comissários da VASP mantêm a greve

Continuam em greve os 914 comissários de voo da Viação Aérea de São Paulo, VASP, deflagrada no dia 13 de setembro. Todos os aviões da companhia estão no solo. Os comandantes e primeiros oficiais de voo, solidários com os grevistas, recusam-se a decolar com os comissários recém-contratados, que substituíram os grevistas. O Tribunal Superior do Trabalho decretou a ilegalidade do movimento, a pedido da empresa, mas isso não intimidou os grevistas, que continuaram com os pés no

chão. A greve é por aumento salarial - a VASP paga salários inferiores ao das demais companhias de aviação. O presidente da empresa Antônio Angarita, de forma truculenta, demitiu grevistas e anunciou que a greve "é ilegal, inadmissível e coloca em risco a própria recuperação econômica do país, através do Plano Cruzado". Mas o presidente do Sindicato dos Aeronautas, comandante-lavorato, explicou que Angarita não é tão preocupado

assim com a "recuperação econômica do país" quando se trata de seu próprio salário. Afinal, Angarita solicitou, e o governo do Estado - principal acionista da VASP - cedeu, um aumento salarial de 25% para todos os diretores da empresa - inclusive o próprio Angarita, em abril - depois, portanto, do Cruzado. A empresa nega-se a negociar com os funcionários em greve - antes da paralisação, já não negociava -, e a VASP vai acumulando um prejuízo de Cz\$ 8 milhões diários.

Participação da CMTC no transporte de passageiros

1949	86,3%
1953	88,0%
1958	86,3%
1963	24,5%
1968	19,7%
1973	18,9%
1978	27,1%
1984	29,3%



Os sem-terra enviaram uma delegação com 120 pessoas

CGT do Paraná aprova «Carta do Povo» de luta

Mais de 500 delegados representando 232 entidades sindicais de trabalhadores do campo e da cidade participaram nos dias 19, 20 e 21 de setembro do 1º Congresso Estadual da CGT do Paraná, realizado no Colégio Estadual, em Curitiba.

O congresso teve grande representatividade particularmente pela grande presença de camponeses. Uma delegação de 120 sem-terra do norte-pioneiro do Paraná esteve presente e participou ativamente dos debates nas cinco comissões, junto com os trabalhadores da cidade. A plenária final aprovou uma "Carta ao Povo do Paraná com os seguintes temas centrais:

1. Defesa do congelamento dos preços cobrando do governo uma posição firme com relação aos agiotas e sonegadores.
2. Exigência de suspensão do pagamento da dívida externa e dos respectivos juros.

3. Posição firme em defesa da imediata aplicação do Plano Nacional de Reforma Agrária. Proposta de que na Constituinte se fixe um limite máximo de 500 hectares para as propriedades rurais no sul do país.

4. O Congresso propôs que os trabalhadores elejam candidatos comprometidos com as bandeiras populares e opinou que a Constituinte deve aprovar uma bancada classista de operários e camponeses para compor o futuro Congresso Nacional.

5. A CGT considera que as Forças Armadas devem ser obedientes ao governo e cuidar estritamente da defesa das fronteiras da pátria.

6. A CGT conclama os trabalhadores a lutarem por estabilidade no emprego, aumentos reais de salários, 40 horas semanais, direito de greve e sindicalização dos servidores públicos. (Elza Maria Campos-secretária geral da CGT - Paraná)

Empresa de Ermírio afeta saúde de 127 operários

A Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo decidiu, dia 18, o afastamento por motivo de saúde para 127 operários da Nitroquímica SA, empresa pertencente ao candidato a governador pelo PTB, Antônio Ermírio de Moraes. Submetidos a condições insalubres, os operários tinham seus exames médicos alterados pela empresa para continuarem trabalhando.

A infração foi levantada numa inspeção conjunta do Sindicato dos Químicos de São Paulo e da Associação Brasileira de Prevenção de Acidentes, que solicitaram uma fiscalização de emergência da DRT. Os operários afetados trabalham na seção de fiação de rayon, onde a aspiração de dissulfeto de carbono, usado na produção, provoca surdez, perda de equilíbrio, diabetes, hipertensão e até lesões no cérebro. Uma audiometria e um exame neurológico nos 600 trabalhadores da seção determinou a decisão da DRT, de afastar os 127 afetados pelo dissulfeto. O sindicato pretende exigir que o INPS faça mais exames, pois teme outras seqüelas, conforme informou o dr. Hélio Neves, médico da entidade.

O caso se agrava porque a Nitroquímica, que emprega 3.600 trabalhadores na sua fábrica em São Miguel, na capital paulista, submete seus operários a exames semestrais de saúde. Porém no caso desses operários os resultados dos exames foram alterados, além de serem feitos antes do início da jornada de trabalho, e não depois. A empresa não afastou os trabalhadores da produção nem do contato com a substância que os intoxicava. Nem sequer avisou o que estava acontecendo com eles.

“ATÉ MORRENDO”

Em frente ao refeitório da Nitroquímica, um grupo que trabalha na seção de fiação de rayon confirmou que o problema existe. Eles próprios sentiam problemas de surdez e “fraqueza”, mas “ninguém sabia que o dissulfeto de carbono tinha problema”. Indagados sobre as condições de insalubridade, chegaram a se revoltar: “Esses dias - conta um - um cara chegou a desmaiar mas continuou trabalhando”. Outro acrescenta: “O sujeito até morrendo, ceguinho de gás, é obrigado a trabalhar”.

Em virtude da gravidade do episódio o sindicato pretende entrar com um processo-crime contra a Nitroquímica, e também com um processo no Conselho Regional de Medicina, contra o departamento médico da empresa, por infração da ética profissional.

A seção de fiação de rayon é considerada a mais insalubre da fábrica, porém quase todas apresentam problemas, principalmente de ruído excessivo. Em resposta a um questionário encaminhado recentemente pelo sindicato, 61% dos trabalhadores consideravam-se afetados por “nervosismo”, devido ao barulho e ao ritmo de trabalho excessivos.

O SISTEMA 5 POR 1

Outro problema ainda recordado pelos operários da Nitroquímica é o chamado sistema cinco por um, que só desapareceu depois de um movimento dos trabalhadores. Segundo esse sistema, os operários trabalhavam cinco dias e depois folgavam um, passando em seguida para outro turno. Os horários, porém, eram estabelecidos de tal forma que a jornada de trabalho se encerrava por exemplo às 5 horas da manhã e se iniciava exatamente 24 horas depois, às 5 da manhã, reduzindo consideravelmente o horário de descanso e surrupiando do trabalhador nove horas por mês.



Trabalhadores na Nitroquímica: 127 deles, afetados por produto tóxico, foram afastados pela DRT

Receita para ficar rico

Existe em boa parte do povo a crença de que os ricos são ricos porque são trabalhadores. Não é verdade. Antônio Ermírio, dono do maior império industrial do país, fornece um bom exemplo disso.

“Como foi que Antônio Ermírio ficou rico?” A pergunta, formulada na porta da Nitroquímica, causa perplexidade entre os operários. Por fim, um deles, cearense, já quase cinquentão, arrisca: “Se trabalhar enriquecesse meu pai era podre de rico”. Ele mesmo, após 40 anos trabalhando, primeiro na roça, depois na fábrica, nada acumulou; e arremata: “O povo diz que só tem dois meios de enriquecer - se herdar ou se roubar”.

De fato, muito milionários herdam grandes fortunas ou, como autênticos ladrões de casaca, acumulam dinheiro por meios ilegais como a cobrança de ágio. Porém o enriquecimento dos burgueses se dá em geral por meios perfeitamente legais e até honrados segundo os critérios da sociedade capitalista.

57.230 ASSALARIADOS

Tome-se o caso do Grupo Votorantim, que tem como chefe e principal acionista o sr. Antonio Ermírio de Moraes. No início do século, o avô do atual candidato do PTB iniciou o império da família com uma tecelagem. Já seu pai, José Ermírio de Moraes, ao morrer deixou para os filhos 19 empresas. E atualmente o grupo tem 95 empresas, monopoliza a indústria de cimento e tem interesses nas áreas de tecidos, papel, siderurgia, níquel, zinco, alumínio, química e outros.

O faturamento do Grupo Votorantim no ano passado totalizou 1,5 bilhão de dólares, ou, pelo câmbio oficial, Cz\$ 19,6 bilhões, ou ainda 24 bilhões de salários-mínimos. Só o patrimônio pessoal de Ermírio sobe a 275 milhões de dólares. Cz\$ 19,6 bilhões, ou ainda 24 bilhões de salários-mínimos. Só o patrimônio pessoal de Ermírio sobe a 275 milhões de dólares. Cz\$ 3,8 bilhões ou 4.734.000 salários-mínimos!

O segredo dessa fortuna astronômica encontra-se nos 57.230 brasileiros que o Grupo Votorantim emprega como assalariados - a maioria deles na área da produção industrial. E constitui, em escala ampliada, o mesmo segredo da riqueza de todos os capitalistas.

TRABALHO E CAPITAL

Ao entrar numa empresa do grupo, cada um desses operários busca ganhar seu pão - e até se considera com sorte por achar emprego. Já a empresa compra a força de trabalho do operário da mesma forma que compra as máquinas, as matérias-primas e outras mercadorias necessárias à produção. No entanto, esta mercadoria



especial que é a força de trabalho possui uma característica única: é capaz de produzir riquezas.

Ao transformar pedra calcária em cimento, ou minério em aço, ou insumos petroquímicos em tecido sintético, o operário cria valor. Mas este valor não pertence a ele, operário, e sim ao capitalista que comprou sua força de trabalho - no caso o Grupo Votorantim. O capitalista usa uma parte deste valor para pagar o salário, garantindo a sobrevivência do operário e a continuidade do processo. Porém embolsa a parte restante, a mais-valia, fonte de todos os lucros dos burgueses desde que o capitalismo existe.

Karl Marx, o fundador do socialismo científico, descreveu este mecanismo com um comentário muito penetrante e verdadeiro: “O capital - disse Marx - é trabalho morto que, como um vampiro, só se anima sugando o trabalho vivo; e quanto mais ele suga mais alegre é sua vida”.

É assim que enriquece Antonio Ermírio, comprando a força de trabalho alheia, sugando dezenas de milhares de trabalhadores, pagando-lhes apenas uma parte do que eles produzem e ficando com o resto. Nesta forma de exploração capitalista ocorrem também excessos como o uso de

operários intoxicados pelo dissulfeto de carbono, no caso da Nitroquímica. Porém é a própria rotina que precisa ser compreendida pelos trabalhadores, pois contraria seus interesses de classe. Por isso o movimento operário consciente levanta sempre a bandeira dos socialismo.

ERMÍRIO, POR ERMÍRIO

O próprio Antônio Ermírio, como todos de sua classe, naturalmente tem outra explicação para sua riqueza. Ele gosta de aparecer na imprensa e na televisão como um exemplo de trabalhador está como o fundador de um “novo trabalhismo”. Porém o que Antônio Ermírio realiza, no sétimo andar da sede do Grupo Votorantim, no centro de São Paulo, nada tem a ver com trabalho produtivo. Sua função é de simples gerenciamento dos capitais do grupo visando conseguir o máximo de mais-valia e de lucro. E pouco importa se o próprio Ermírio compreende ou não essa diferença essencial. Não se pode julgar as pessoas, nem as classes sociais, pela imagem que elas têm de si mesmas. O necessário, isto sim, é deixar claro por que o capitalismo condena os assalariados a trabalharem a vida inteira enquanto só os burgueses acumulam riqueza produzida.

Vitória expressiva da chapa 1 dos eletricitários

Uma expressiva vitória coroou a campanha da chapa 1 na eleição do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo. A chapa 1 foi formada metade por elementos da atual diretoria e a outra metade renovada com elementos que se destacaram nas últimas lutas, em particular pela trimestralidade e pelo pagamento de periculosidade. A chapa 2 era ligada à CUT. A estreiteza da chapa 2 era tão acentuada que uma das palavras de ordem usadas pela chapa vencedora para criticar o sectarismo cutista era “Sindicato não é partido nem religião”.

A disputa eleitoral este ano teve maior participação de bases que no pleito passado. Isto se refletiu

inclusive numa ampliação do número de votantes. Na eleição passada foram cerca de 14 mil e 500 votantes e neste ano o número subiu para 16 mil.

O resultado final foi de 10.204 votos para a chapa 1 e 5.866 votos para a chapa 2.

Para Velfrides Barreto, eleito para o Conselho da Diretoria, esta vitória ajuda os eletricitários e o conjunto do movimento sindical. “Agora é partir para a organização das bases, em cada empresa, para que a categoria dos eletricitários, que tem importância estratégica, possa jogar todo o seu peso nas batalhas que estão por vir” - declarou Barreto à Tribuna Operária.

Camponeses querem solução para conflito em Janaúba

Mais de 2 mil famílias camponesas dos municípios de Janaúba e Porteira no Norte de Minas Gerais estão exigindo uma solução urgente do Incra para o conflito de terras na região. Há nove anos eles foram desalojados de uma área de aproximadamente 800 mil hectares, situada à margem direita do rio Gurutuba, pela Comissão do Vale do São Francisco - Codevasf.

A Codevasf, órgão do governo federal, efetuou a desapropriação para construir a barragem do Bico da Pedra na localidade. Na ocasião, os camponeses receberam a promessa de que, depois que a barragem fosse erguida, seriam assentados novamente na área. Por isto, concordaram em sair, provisoriamente, inclusive aceitando indenizações irrisórias.

Porém, concluída a obra, dois

anos depois, a Condevaf vendeu as terras para latifundiários da região, “passando a perna nos camponeses”, conforme o presidente do Conselho Sindical dos Trabalhadores Urbanos e Rurais do Norte de Minas, Porfírio Francisco de Souza. “Na localidade” - explica - moravam posseiros com 20, 30 anos de posse e pequenos proprietários. Foram todos enganados e a esmagadora maioria transformou-se em bóias-frias, com muitos desempregados”.

A Codevasf é controlada por latifundiários. Edilson Brandão, por exemplo, é ao mesmo tempo funcionário do órgão e presidente da UDR na região. Vários posseiros estão ameaçados de morte, sendo que dois já foram assassinados por jagunços a soldo de Edilson Brandão.

supermercado do Jardim do Meier no dia 4 de outubro às 16 horas. Decidiram participar da Conferência Estadual de Saúde a se realizar nos dias 26, 27 e 28 de setembro. Dona Lúcia encenou a peça “A Nova e a Velha Constituição” refletindo as reivindicações das mulheres para a Constituinte. Ao final foi eleita a nova diretoria com representantes dos quatro núcleos da entidade. Luiza Martins foi reeleita Presidente, Vitória Grabóis vice-presidente e Clara Araújo, Secretária Geral da entidade. Prestigiaram e falaram no encontro a candidata a deputada estadual pelo PC do B, Jandira Feghali e a Diretora da Revista Presença da Mulher, Ana Maria Rocha

Liberdade Mulher elege diretoria

Depois de dois anos de existência, a Associação Liberdade Mulher do Rio de Janeiro realizou nos dias 20 e 21 últimos seu segundo Encontro para eleger a nova diretoria da entidade e elaborar um plano de luta. Apesar da forte chuva, cerca de 100 mulheres, vindas dos núcleos da capital e de cidades vizinhas participaram atentamente dos debates. As mulheres do núcleo da ilha de Gigoia vieram de barco, sob forte chuva, enquanto outras desceram o morro, deixando suas casas alagadas para participar do encontro.

As presentes se posicionaram pelo congelamento dos preços e contra o ágio, marcando uma manifestação pública em frente ao



Cerâmica Norguaçu aumenta lucro com semi-escravidão

Em pleno século XX, quando nossas lutas e aspirações começam a ter sentido e nosso grito ecoa nítido diante de tantas mudanças no plano político, uma indústria de cerâmica retrocede no tempo.

A Cerâmica Norguaçu, sediada em Crato, trata seus operários com tamanha falta de escrúpulos que chegamos a acreditar que naquela empresa os trabalhadores são verdadeiros escravos. Além de mal remunerados, exercem funções insalubres sem nenhum adicional. Basta ver que num forno de 1.200 °C, o operário trabalha sem nenhuma proteção, prejudicando sua visão, pele etc.

Labutam até 80 noites seguidas sem nenhuma folga, inclusive menores. Os

acidentes de trabalho são inúmeros. Para tentar esconder ou "compensar" esta realidade, os diretores da Cerâmica Norguaçu adicionam ao salário o que eles chamam de "prêmio", a mísera quantia de Cz\$ 50 a quem não apresentar atestado médico durante o mês. Dessa forma, a empresa força o operário a trabalhar mesmo sem as condições físicas devidas.

Prosseguem também as pressões contra os dirigentes sindicais que ali trabalham, como o sr. Cícero Lima Maciel que, por ser diretor do sindicato, foi punido com transferência do setor em que trabalhava há anos para uma atividade incompatível com sua qualificação, altamente insalubre. Depois foi transformado em jardineiro.

O Sindicato da Construção Civil, através de seu presidente, Francisco João da Silva, está lutando incessantemente em busca de melhorias para os trabalhadores, defendendo a categoria e denunciando as irregularidades da empresa. A luta é árdua mas vale a pena desde que todos os trabalhadores permaneçam unidos e com o objetivo comum de defender nossos direitos.

A empresa ainda tentou - sem êxito - corromper o presidente do sindicato. Mas esta entidade não medirá esforços buscando combater arbitrariedades como essas. E conta com o apoio da categoria.

(Maria de Fátima Andrade - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil de Crato - Ceará)

Oposição sindical de bebidas contra patrão

Os trabalhadores das Indústrias de Bebidas têm data base em 1º de outubro. Apesar de faltarem poucos dias para o vencimento da mesma, até agora o sindicato nada fez no sentido de mobilizar os trabalhadores para uma campanha salarial. Isso contribui para aprofundar a situação de baixos salários e de péssimas condições de trabalho da categoria.

A exemplo do que aconteceu na Indústria Antártica do Nordeste, localizada no Centro Industrial de Aratu, onde reina um regime de escravidão, Jaime Macedo, responsável pelo setor de produção, trata os operários com desumanidade. Não existe revezamento de turno; trabalha-se meses a fio sem revezamento e sem folga, mesmo nos domingos e feriados. As condições de segurança são precárias, o índice de acidentes é alto. Mesmo empregando produtos tóxicos a empresa não paga adicional de periculosidade e insalubridade. Não existe uma CIPA atuante, pois todos os integrantes são indicados pelos patrões. Também não existe um plano de cargos e salários. Para se ter uma idéia, existem operários com 19 anos de serviço que ganham apenas Cz\$ 2.040 mensais.

Diante do imobilismo e descaso do sindicato, a Oposição Sindical de Bebidas está trabalhando para mobilizar os operários visando a deflagração de um vigoroso movimento objetivando recuperar um pouco do muito que perdemos em decorrência dos últimos



anos de arrocho e mais recentemente do congelamento dos preços provocado pelas falhas no Plano Cruzado. Enquanto os salários dos trabalhadores estão congelados muitos graus abaixo de zero, as empresas produzem a todo vapor.

A atuação da Oposição Sindical de Bebidas está deixando o patronato em desespero. Prova disso é o comportamento da Brahma

e da Antártica: estão colocando os ônibus, que normalmente ficam na área externa, para apanhar o pessoal dentro da fábrica, evitando assim contato destes com os membros da oposição, prática que constitui crime contra a organização dos trabalhadores.

(Manoel Queiroz - funcionário da Brahma e encabeçador da chapa da oposição - Salvador, Bahia)

Empresas têxteis da Bahia não cumprem acordo

Há pouco mais de um mês da greve da Sisalana e Stella Azzurra, estamos verificando que muitas arbitrariedades continuam sendo praticadas por estas empresas, como antes. Apesar de termos assinado o acordo coletivo e cobrado vários direitos dos trabalhadores que estavam sendo negados, notamos que estas empresas estão desrespeitando várias cláusulas do acordo.

Nas Sisalana o patrão lançou uma circular taxando os trabalhadores de relaxados, negligentes e outros adjetivos mais. O patronato afirma que não costuma fugir dos compromissos assumidos. Mas esquece-se de que o Plano de Cargos e Salários é um compromisso do acordo, que deveria ter vigorado desde o 1º de agosto. Portanto não se justifica que a essa altura eles ainda estejam à procura de uma empresa especializada para fazer o plano.

Nas Stella Azzurra os patrões sequer falam no Plano de Cargos. No entanto ele é da maior importância pois com o aumento do piso salarial a maioria dos salários atingiu o piso e um operador ficou ganhando quase o mesmo salário que um servente. Neste caso

o lógico seria que se o piso subiu de mil para mil e trezentos cruzados todos os salários tivessem um deslocamento mínimo de trezentos cruzados. Os patrões da Stella também insistem em não voltar a fazer pagamentos com antecipação quinzenal. Alegam que fizeram um acordo com o Sindicato de Beneficiamento de Fibras para modificar a forma de pagamento para semanal. Só que este acordo não tem a mínima validade, já que os trabalhadores não foram consultados.

Nas duas empresas estão ocorrendo muitas demissões caracterizadas como forma de punir os trabalhadores em função da greve.

O serviço médico das duas empresas continua rejeitando atestados, fato que constitui grave e inaceitável irregularidade, pois nenhum médico tem competência para recusar atestado de outro médico. Já denunciamos o fato à DRT, para o Conselho Regional de Medicina e para o próprio Inamps.

Para dar um basta nestas irregularidades o sindicato está convocando uma assembleia da categoria. (Maria Elizete de Souza - diretora do Sinditêxtil, Bahia)



Motoristas de Manaus combatem peleguismo

Nós, motoristas, cobradores e despachantes do transporte coletivo de Manaus, queremos aproveitar o espaço concedido por este jornal para denunciar nossa insatisfação com o sr. Juracy Navegante, presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários do Amazonas. Numa atitude característica dos sindicalistas pelegos, deixou-se levar pelas ameaças dos patrões e do governo aceitando um mísero aumento de 7,8% para motoristas, cobradores e despachantes e de 5% para o pessoal do escritório.

Este pseudo-aumento de Cz\$ 200 para os motoristas e de Cz\$ 70 para os cobradores não melhora de forma alguma nossa situação, piorada sensivelmente após o Plano Cruzado. A justificativa do pelego de que conseguimos este aumento mesmo sem greve, ao contrário de São Paulo e outros Estados, também não procede. Sabemos que enquanto o motorista de Manaus passou a ganhar Cz\$ 2.800, em São Paulo a CMTC paga inicialmente Cz\$ 4 mil. Mesmo assim a categoria fez greve e continua mobilizada. Mas em Manaus, por culpa do sindicato que acata a pressão do governo e dos empresários a

categoria vem se desmobilizando e até desconfiando da entidade. É preciso nossa união para que na próxima eleição, que será breve, possamos eleger uma nova diretoria que torne o sindicato atuante, lutando por melhores salários e condições de trabalho. Há pontos finais onde falta sanitário e até água para se beber.

O salário do cobrador, Cz\$ 1.100 e do despachante, Cz\$ 1.170, é miserável. Some-se a este fato atitudes de algumas empresas, como a Manauara, que além de roubar as horas extras ainda obriga o condutor a trabalhar doente e durante três a quatro meses sem ter folga. E se faltar ou abandonar o ônibus no pego, pega "balão", que vai de um a três dias de suspensão.

Todos esses fatos justificam nossa insatisfação com o governo, empresários e sindicato. Mas temos esperança que a direção do sindicato mude. Vamos eleger uma diretoria atuante, combativa, que defenda realmente os interesses desta sofrida categoria, que enfrenta diariamente humilhações de toda ordem. (Grupo de motoristas, cobradores e despachantes de Manaus, Amazonas)

Moradores não querem cemitério no Barro

Nós, moradores do Barro, tendo à frente nossa associação, comemoramos nos dias 13 e 14 do corrente a vitória que tivemos com o impedimento da construção de mais um cemitério na nossa comunidade.

As festividades foram exitosas, embora interrompidas pela chuva. O evento todo foi realizado no terreno onde seria construído o cemitério. Foram dois dias de significado impar

no bairro. O fato de não ser construído mais um cemitério, que dispensa comentários, mostrou para os barrenses a força de um povo unido e organizado. A luta, com o slogan "Cemitério não, escola sim", com um abaixo-assinado de mais de 2 mil assinaturas e com três reuniões na prefeitura de Recife durou seis meses. Lutamos e vencemos. (Associação dos Moradores do Barro - Recife, Pernambuco)



fala o POVO

A migo leitor: *Fala o Povo* é um verdadeiro jornal dentro do jornal. Aqui você diz o que pensa e sente. É o cantinho para você fazer seu desabafo, conhecer outras experiências e divulgar as suas.

Faça como o Sindicato da Construção Civil de Crato, no Ceará, que denunciou um regime de semi-escravidão na Cerâmica Norguaçu. Ou conte uma vitória como a dos estudantes da chapa Trayessia, no DCE da Universidade Federal de Mato Grosso. Aproveite seu espaço! (Olivia Rangel)

Em Guarulhos povo exige saneamento

Nós, moradores do Jardim Dona Luísa e adjacências, no Bairro das Pimentas, vimos através desta tornar público o desprezo com que os administradores de Guarulhos têm tratado a população. Há mais de ano o povo tem ido à prefeitura, Secretaria de Obras, Secretaria de Planejamento, buscando melhorias e só recebendo promessas, nenhuma resposta concreta. Pagamos imposto, taxa de iluminação de ruas, taxa de lixo, de conservação e nada disso é feito. Moramos cercados por matos, ratos e lixo; esgoto corre a céu aberto, levando sujeira e doença. O encanamento de água em tubos plásticos chega a passar por dentro do esgoto, significando que tomamos água contaminada. Para as crianças não tem posto de saúde nem há transporte para socorrê-las.

O povo é trabalhador, cumpridor de leis, e exige providências, sérias e reais. Chega a ser assaltado pelos administradores.

Está evidente a utilização da máquina da Prefeitura na campanha do sr. Gerson Marcondes, ex-secretário do Planejamento, e na do sr. Jorge Tadeu, ex-secretário de Obras, que nada fizeram em benefício do povo.

Chega de abusos! Vamos tratar com dignidade os problemas do povo! (Mário Carneiro dos Santos e mais 33 moradores da região - Guarulhos, São Paulo)

Vitória dos estudantes com Travessia

Com uma expressiva frente de votos, a chapa Travessia, encabeçada por Julião, do curso de Geologia da Universidade Federal de Mato Grosso que reúne amplas forças do movimento estudantil do Estado, venceu as eleições para o Diretório Central dos Estudantes.

A vitória de Travessia tem um caráter histórico, pois o DCE há quatro anos era dirigido por uma tendência que tinha uma prática sectária e aparelhista. A última gestão era composta por um grupo identificado com o PCR, que provocou um atraso no movimento estudantil e um distanciamento entre os estudantes e as lutas específicas e gerais levadas em nosso país.

Há quatro meses diversos setores que compõem o movimento estudantil da UFMT, concluíram que era preciso tirar o DCE do imobilismo. E foi nesse processo de discussão que surgiu a chapa Travessia. Tirar o movimento estudantil da apatia - esta era a palavra de ordem. A expressiva maioria de votos dados à Travessia mostra que os estudantes assimilaram a proposta de mudanças. (Grupo de estudantes amigos da FO na UFMT - Mato Grosso)

Miguel Littin conta sua volta clandestina ao Chile

Miguel Littin, cineasta chileno perseguido pela ditadura do general Augusto Pinochet, voltou ao seu país para filmar a "Acta General de Chile". Diretor de "Actas de Marúsia" - filme sobre uma greve dos mineiros de salitre em 1907, já lançado no Brasil -, Littin tem também entre suas obras "El Chacal" e "Tierra Nueva", filmados durante o governo de Salvador Allende, e "El Recurso del Método", que participou do festival de Cannes, em 1978. A *Tribuna Operária* publica nesta edição as apreciações de Littin sobre as filmagens de "Acta General de Chile".

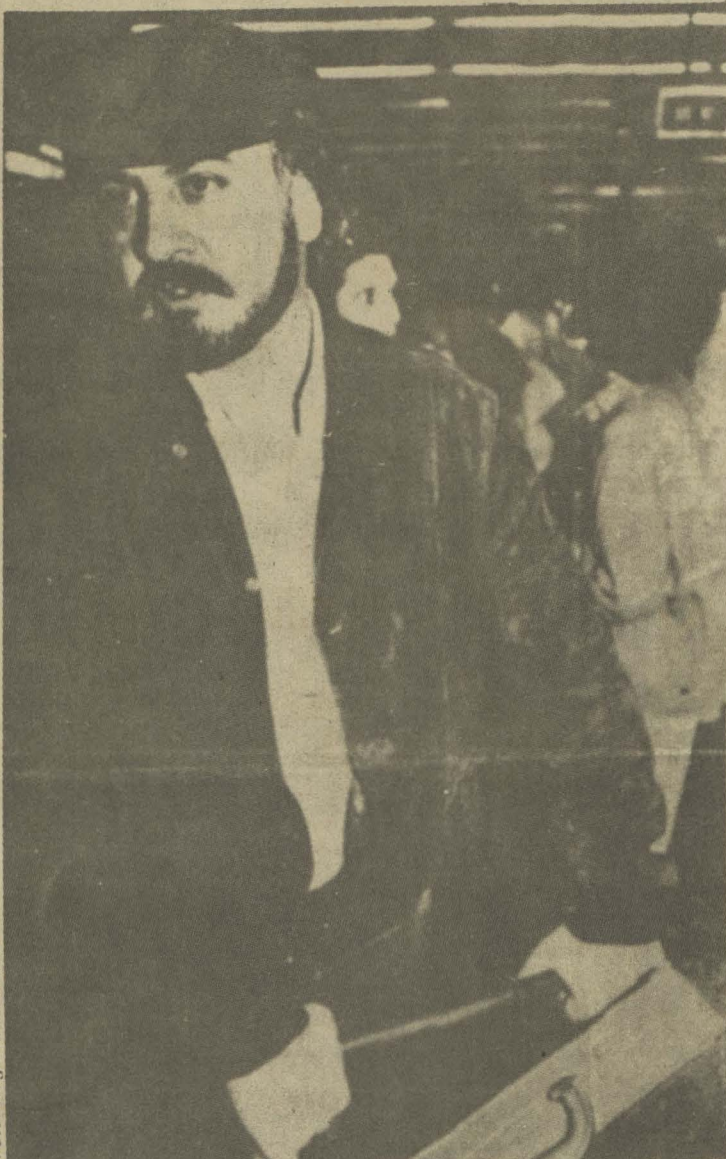
"Entrei no país e fiz um filme. Como meu nome estava numa lista de chilenos que não podem fazer uso legítimo do seu direito de viver no seu país, entrei clandestinamente. Era um projeto com que sonhei durante anos. Queria descobrir o que aconteceu com meu país durante os anos em que estive exilado. Fazer o filme era também uma oportunidade de ridicularizar a arrogância do ditador."

Essas afirmações foram feitas por Miguel Littin, que em maio de 1985 entrou clandestinamente no Chile e durante seis semanas filmou as cenas do documentário de quatro horas "Acta General de Chile", produzido para a televisão espanhola e que foi mostrado no início de setembro no Festival de Veneza.

Doze anos após ter sido obrigado a abandonar o Chile, Littin voltou disfarçado de empresário uruguaio para ver e ouvir o povo chileno. Ao chegar a Santiago, três equipes de cinegrafistas europeus, que iam trabalhar sob sua direção, já estavam no país, operando legalmente. Uma equipe italiana havia obtido licença para fazer um documentário sobre os descendentes italianos no Chile, concentrando-se na vida de Joaquim Toesca, arquiteto do La Moneda, palácio presidencial parcialmente destruído durante o bombardeio do dia 11 de setembro de 1973, dia do golpe que derrubou Salvador Allende (Pinochet mandou reconstruí-lo depois). Duas outras equipes, uma holandesa e outra francesa, estavam oficialmente no Chile fazendo documentários ecológicos.

CIDADE ATERRORIZADA

"Ao descer do avião em Santiago - relata Littin, à revista chilena 'Araucaria' - deparamos com a falsa imagem de uma cidade limpa e ordenada, silenciosa, povoada de monumentos e palácio iluminados. Logo, no entanto, vem a primeira



Littin disfarçou-se de empresário para ingressar no Chile

impressão da cidade real: em Santiago as pessoas não riem, não gesticulam, quase não se movem... na escuridão, sombras fantasmagóricas espereitam. Começa então a aparecer, com nitidez pavorosa, a verdadeira face da cidade oculta, Santiago do Chile, cidade da angústia, do sorriso ausente, da guerra subterrânea. Em cada esquina, policiais, com ou sem uniforme, trazendo modernos aparelhos de comunicação, carros policiais, carros cinzentos de guerra, metralhadoras que apontam de todos os lados. Santiago, um imenso quartel, uma ratoeira."

"Quando se aproxima o toque de recolher - continua Littin o seu relato - a cidade esvazia-se rapidamente: são as horas da 'pavorosa ausência', em que tudo é possível: a prisão arbitrária, os desaparecimentos, as torturas, os degolamentos, o assassinato, enfim, o terror como única razão de estado."

A primeira parte de "Acta General de Chile" é feita em Santiago e Valparaíso. Câmera e microfone para a gente simples do povo, para os intelectuais e políticos da oposição, para antigos colaboradores do governo Pinochet e muitos passeios pelas ruas - tudo isso introduzindo um dos temas do filme: a existência de um país clandestino que se defende da pressão da ditadura.

Nos arredores de Santiago, a câmara entrou pelos

bairros de lata - "é um outro país", afirmou um dos técnicos da equipe de Littin - e captou as marcas recentes de torturas nas costas de três jovens, a solidariedade nas compras e refeições coletivas e na ajuda aos órfãos da ditadura, com destaque para o trabalho das mulheres, que foram forçadas a assumir a liderança das organizações porque os homens são frequentemente levados para os quartéis e estádios, durante as batidas policiais.

A equipe de Littin fez também filmagens nas regiões desérticas do Norte do país, onde foram erguidos povoados para receber os presos políticos, confinados sem nenhum julgamento.

Littin orientou os técnicos: "Filmem as praças. Filmem os monumentos, sobretudo o de Nicolás

Palacios na praça de Santa Cruz, o que escreveu 'A raça chilena', livro em que assegura que os verdadeiros chilenos são superiores a todos os outros latino-americanos porque descendem diretamente dos antigos helenos - que são portanto raça superior destinada a mandar no concerto das nações, assinalar o caminho da salvação ao mundo".

"Até há alguns anos" - explica Littin - "ninguém conhecia a existência de Don Nicolás Palacios. Agora, na alameda Bernardo O'Higgins, a avenida principal de Santiago, o general Pinochet erigiu-lhe um monumento.

JANELAS ABERTAS

A câmara indiscreta chegou até à casa do poeta Pablo Neruda, a cerca de 100 Km de Santiago. Só não entrou porque as janelas estão fechadas, as portas lacradas, e um letreiro intimidatório avisa: "Proibido visitar esta casa. Proibido fotografar. Esta casa está lacrada por ordem do segundo tribunal de...". Mas a câmara registrou, nas grades de madeira que rodeiam a casa do poeta, algumas das mensagens de seus admiradores: "Obrigado Pablo, por nos ensinares o amor", "Pablo e Matilde vivem no nosso coração", "Os anarquistas amam-te, porque amaste a liberdade", "Neruda e Allende vivem", "Allende está presente, o amor não morre, a ternura é nosso direito irrenunciável".

Durante as filmagens no La Moneda, a imaginação do clandestino Littin revive os últimos momentos do assassinado presidente Allende: "Observo a nova sala de audiências e vejo a memória os documentários, tantas vezes vistos nestes anos, do palácio em chamas e imagino-o de metralhadora na mão, enfrentando sozinho o seu destino inelutável... 'Poderão calar a minha voz, poderão assassinar-me... mais cedo do que tarde se abrirão as grandes alamedas por onde passará o homem livre'."



Santiago, cidade sem sorrisos e vítima das buscas militares



Os garotões de "Ases Indomáveis" numa guerra em ritmo de video game

EUA usam filmes para aticar o espírito bélico

"Ases Indomáveis" e "Invasão dos U.S.A.". Dois filmes norte-americanos atacam nossos cinemas. Sucessos de bilheteria na temporada de verão estadunidense, bombardeiam agora os nossos jovens. Envolvem-nos nos projetos belicistas de Ronald Reagan. Com o mesmo conteúdo de um "Rambo" ou um "Cobra", mas mais sutis na embalagem.

Os estrategistas norte-americanos sempre tiveram consciência do poder de fogo do cinema enquanto arma ideológica. Utilizaram-no não apenas para vender os valores do *american way of life* fora do país, mas também, domesticamente, a "chama patriótica" e o *status quo* interno. Verdadeira instituição americana, o cinema (principalmente depois que a Máfia descobriu-o como forma eficaz de "limpar" dinheiro) comercial adequou-se ao ambiente politicamente favorável da Era Reagan e assumiu um perfil nitidamente reacionário, fortalecido ainda pelo enorme volume de merchandising das multinacionais locais.

MELODRAMA E COMÉDIA

"Ases Indomáveis" (*Top Gun*) vem nessa enxurrada de filmes de violência e propaganda anti-comunista. Mas nele não existem os banhos de sangue de Rambo/Cobra ou a redução da luta de classes à uma luta de boxe, como em Rocky. Assemelha-se mais à um meio termo entre os melodramas de guerra da década de 40 e as estrepolias de comédias tipo M.A.S.H., restando um par romântico e um final feliz. Enfim, a Marinha é uma festa: a instrutora é uma gatona (Kelly McGillis) e se apaixona pelo recruta (Tom Cruise). Todos os pilotos são bonitos, atléticos e saudáveis. Sempre ao fundo do plano, cartazes anunciando subliminarmente. "Entre para a Marinha, que isto não é trabalho, é aventura", e fica a suspeita de que o filme foi parcialmente financiado pela própria Marinha, dado que uma parte de suas verbas está fora do controle público.

Porém, mais que um filme, "Ases Indomáveis" é um *videoclip* de guerra: música (de Giorgio Moroder) coerente com o ritmo da montagem, bons atores, o diretor Tony Scott (irmão de Rydley Scott) "inventa" enquadramentos fantásticos - é unanimidade de crítica que ninguém

antes filmou de forma tão bela e original batalhas aéreas (que lembram inclusive "Guerra nas Estrelas", talvez propositalmente, porém com mais empenho), ainda que evitem dar uma visão de conjunto do conflito e, conseqüentemente, comparar os adversários. Aliás, o "inimigo" em momento algum é identificado, é como se os aviões inimigos não fossem pilotados por seres humanos. E para que não se pense que estão fora da "guerra fria", são *Migs* soviéticos. O filme funciona como um *video game*: no visor do piloto aparece inimigo que é perseguido, resiste, a mira enquadra-o, aperta-se um botão e bum! Impossível não torcer...

Ah, e as estatísticas estão de volta. Na Coreia perdemos um avião por doze abatidos: no Vietnã caímos para um por três, agora, após a criação de *Top Gun* (esquadrão de pilotos de elite da Marinha americana que protagoniza o filme), os números voltaram a um por doze", diz o comandante, com severidade paternal. A propósito, em que guerra os americanos se meteram depois do Vietnã para reverter tal índice? A invasão de Granada? A "Força de Paz" massacrada por carros-bomba no Líbano? O resgate fracassado dos reféns do Irã? O ataque covarde à residência de Kadafi?

ULTRAPASSA O RIDÍCULO

As inverossimelhanças do roteiro ultrapassam os parâmetros do ridículo e demonstram claramente a intenção deste e de outros filmes do gênero já exibidos ou que ainda serão lançados (esta semana estréia "Invasão dos U.S.A."): visam preparar o espírito guerreiro da população americana (e "aliados") para uma eventual aventura militar. Uma invasão da Nicarágua ou da Líbia pode estar sendo planejada pelo Pentágono para futuro breve, pelo menos é o que a política deste braço cultural do imperialismo evidencia. (Valdir Baptista)

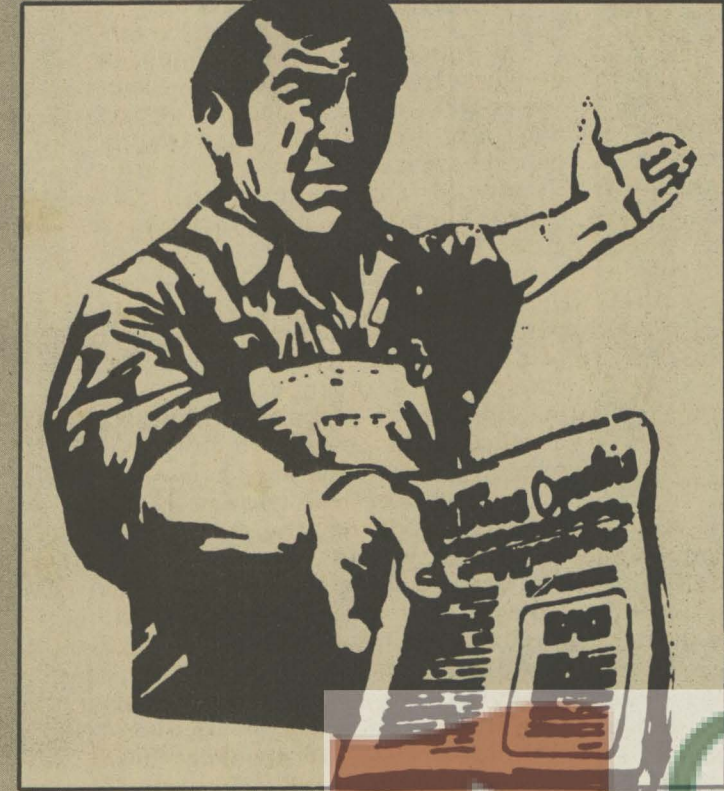
Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOBR. Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.

ACRE - Rio Branco: Edifício Felício, 2º andar sala 32 - CEP 69900. ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000. AMAZONAS - Manaus: Rua Símon Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Líbano. Telefone: 237-6644 - CEP 69000. BAHIA - Camacari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetininga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paraíba: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. Salvador: Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43700. DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Vênicio IV, sala 312 - CEP 70302. CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000. GOIÁS - Goiânia: Rua 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 71700. MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000. MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1132, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000. PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100. PARANÁ - Curitiba: Rua Comandante Fontana, 88, Fone: 253-7961 - CEP 80000. Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. PIAUÍ - Teresina: Rua Barroso, 144 - N. 1º andar, sala 4 - CEP 64000. PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossago, 221, Boa Vista - CEP 50000. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. CEP 59000. RIO GRANDE DO SUL - Bento Gonçalves: Rua Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: Rua Tiradentes, 130, sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: Rua Andradá

Neves 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Ijuí: Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s. 23, 2º andar. RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amador Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000. SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravá, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Oviedo Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.



Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Colabore para o fortalecimento da imprensa operária.



Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições) ☐ Cz\$ 260,00
Anual popular (52 edições) ☐ Cz\$ 130,00
Semestral (26 edições) ☐ Cz\$ 130,00
Semestral popular (26 edições) ☐ Cz\$ 65,00
Trimestral (13 edições) ☐ Cz\$ 33,00
Anual para o exterior (dólares) ☐ US\$ 70

Nome:
Endereço:
Bairro:
Cidade: CEP:
Estado:
Profissão:
Data:

Enderece a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo CEP 01318.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

O dilema na luta dos bancários

A campanha salarial unificada dos bancários brasileiros se encontra numa encruzilhada. A categoria fez uma poderosa greve nacional nos dias 11 e 12, mas não dobrou os patrões. Os trabalhadores paulistas chegaram a anunciar a retomada da paralisação no último dia 23, mas a fraca assembléia rejeitou a iniciativa isolada. Por sua vez, os banqueiros garantem que não acatam a decisão do TRT de São Paulo, mas pediram a reabertura das negociações salariais temendo a radicalização da contenda.

Ainda não dá para definir quem é o vencedor e o vencido na batalha salarial deste setor-chave da economia. Patrões e trabalhadores concordam que, por enquanto, "o jogo está empatado". Prova disto é que os banqueiros aceitaram reabrir as negociações no início da semana passada. Eles, que jogaram no impasse durante toda a campanha salarial, apressaram-se em retomar as conversações após sentirem o ímpeto de luta dos aproximadamente 800 mil bancários do país inteiro.

A Fenaban (entidade patronal) inclusive "melhorou" sua proposta inicial de acordo, aumentando de forma irrisória o índice de reajuste e o piso salarial. No entanto, ainda se recusa a acatar a decisão do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, que concedeu um aumento de produtividade de 5,8% (que somado ao IPC integral do período equivale a um reajuste de cerca de 12%). E, temendo uma nova greve nacional, montou forte esquema repressivo no interior dos bancos. Nas principais agências os gerentes patrocinaram reuniões diárias com os funcionários, ameaçando-os de demissão em massa.

Categoria tem fôlego para retomar greve em todo país

Já as lideranças sindicais também reconhecem que a greve unificada dos dias 11 e 12 de setembro não alcançou seus objetivos. Segundo Ederaldo de Oliveira, diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, "ela mostrou a força da categoria, com a adesão vibrante de mais de 80% dos bancários. Mas também deixou claro o poder dos banqueiros. Eles tremeram mas não recuaram". Gilmar Carneiro, diretor da mesma entidade e dirigente da CUT, concorda: "A paralisação foi um sucesso, mas não foi vitoriosa. O resultado econômico, por enquanto, está aquém das expectativas". E David Zaia, presidente do Sindicato dos Bancários de Campinas, completa: "Se as negociações não evoluírem, pode-se dizer que fomos derrotados."

As mesmas lideranças sindicais também garantem que a batalha ainda não terminou e que a categoria tem fôlego para retomar a greve. No calendário de lutas fixado pelo comando nacional de mobilização está prevista a persistência nas negociações até final de setembro, tendo como patamar mínimo a sentença do TRT de São Paulo. Caso estas não sejam bem sucedidas, assembléias serão convocadas no início de outubro para deflagrar nova paralisação nacional.

A preocupação central dos sindicalistas no momento é a de acumular o máximo de força organizada e dissipar o sentimento inicial de frustração com a greve ainda existente na base. Ingredientes para isso existem. O clima de radicalização no interior das agências aumentou - principalmente nos bancos privados. É que o salário é muito baixo. Cerca de 46% da categoria no maior centro financeiro do país, ganha menos de três salários-mínimos.

Outro cuidado que o comando de mobilização tem é o de manter a unidade nacional da categoria. Ao todo no Brasil existem mais de 150 sindicatos, 12 federações e a Contec (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito). As entidades têm a mesma data-base, 1º de setembro, e elaboraram uma pauta de reivindicações conjunta entregue à entidade unitária dos banqueiros - a Fenaban. Para o comando, é fundamental garantir a ação unificada para dobrar os patrões.

O que impediu o pleno êxito do movimento dos bancários

Nesse sentido, iniciativas como a do Sindicato dos Bancários de São Paulo são negativas. Esta entidade, que é hegemônica pela CUT, tentou precipitar a retomada da greve, marcando a assembléia decisiva para o último dia 22. Mas a categoria não aceitou caminhar isolada. Menos de 3 mil bancários compareceram à assembléia, e os próprios cutistas tiveram que recuar, propondo apenas a realização de uma



Na assembléia do dia 22, bancários paulistas rejeitam idéia de precipitar a retomada da greve

passeata no centro da capital para o próximo dia 1º de outubro.

Enquanto aguardam o desfecho das negociações com a Fenaban, as lideranças bancárias aproveitam para fazer as avaliações preliminares sobre a forma como foi conduzida a campanha salarial e a greve. Todas as correntes sindicais que atuam no setor concordam que dois fatores dificultaram a vitória do movimento classista.

O primeiro foi a ação do governo federal. Diferentemente do ano passado, quando adotou uma postura moderada diante da greve nacional, agora ocorreu um visível endurecimento. Na defesa do congelamento dos salários - item básico do Plano Cruzado -, o Palácio do Planalto se aliou abertamente com os banqueiros. O raivoso discurso do ministro Brossard, tentou jogar a opinião pública contra a justa luta dos bancários, foi seguido de ostensiva presença da polícia durante a greve. Dirigida pela Polícia Federal, esta atuou com habilidade. Não atacou indiscriminadamente os grevistas, mas visou a infraestrutura do movimento (como os carros de som) e as principais lideranças da categoria (vários dirigentes sindicais foram detidos). Sua ação desestruturou a direção grevista e aterrorizou os bancários, surpreendendo o comando. Segundo Gilmar Carneiro, "nós subestimamos o governo".

Outro aspecto que prejudicou a mobilização foi o clima de intimidação imperante nos bancos estatais, principalmente no Banco do Brasil. Estes têm ameaçado seus funcionários de dispensas em massa, a exemplo do que ocorreu nos particulares, para se adaptar às novas condições da economia nacional pós-Plano Cruzado. Além disso, o Banco do Brasil cortou recentemente alguns benefícios dos trabalhadores, como o comissionamento, e suspendeu as horas-extras. Por outro lado, há dois anos os bancos federais vêm realizando negociações em separado com os empregados - o que os isola do conjunto da categoria.

Situação do banco estatal exige análise mais detida

Em função destes problemas a mobilização dos funcionários dos bancos estatais foi bem menor do que no ano passado, quando jogaram um papel chave na paralisação. Em vários Estados, os empregados do BB e da Caixa Econômica não aderiram a greve. E já na quinta-feira, após o Tribunal Superior do Trabalho ter concedido 2% de produtividade a esta parcela, suas assembléias decidiram pelo retorno ao trabalho. Devido ao elevado grau de organização dos trabalhadores nestes estabelecimentos esta decisão pesou no refluxo do movimento na sexta-feira, dia 12.

O consenso entre as correntes sindicais na avaliação da greve se restringe a estes dois aspectos. No restante as divergências são grandes. Os cutistas tentam se eximir da responsabilidade na condução do movimento e culpam o Comando Nacional de defensorista e vacilante. Só não dizem que tinham importante presença no comando e que este ficou sediado na capital paulista - onde a CUT dirige o sindicato. Já outra expressiva parcela de sindicalistas critica a CUT por dar um caráter político à greve, contra o Plano Cruzado, o que dificultou a negociação das reivindicações, econômicas da categoria (ver box).

"CUT prejudicou a nossa luta"

Na avaliação preliminar da mobilização nacional dos bancários, expressivos setores do sindicalismo têm criticado de forma incisiva a conduta da central sindical petista. Argumentam que a CUT, com sua posição de combate frontal ao Plano Cruzado e de desestabilização do governo da Nova República, tentou dar um caráter político sectário à greve da categoria - que era essencialmente uma luta reivindicatória. Isto teria atraído a ira do governo federal, facilitando o discurso demagógico dos banqueiros e dificultando o apoio da opinião pública.

Segundo Lúcio César Pires, vice-presidente da Federação dos Bancários de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a postura política dos cutistas atrapalhou a paralisação nacional. "Houve uma carona não desejada em nossa greve, que acabou dando ao movimento uma conotação política indesejável: a de que estávamos contra o Plano Cruzado", explica Lúcio César. Para ele, isto jogou "a opinião pública contra a greve: Nós ficamos numa posição difícil mesmo entre os bancários."

HEGEMONIA NA MARRA

David Zaia, presidente do Sindicato dos Bancários de Campinas, tem a mesma opinião. "Vários fatores dificultaram o êxito imediato da greve, como a repressão policial e as nossas próprias falhas organizativas. Mas não podemos deixar de criticar a ação da CUT. Ela tentou vender a idéia de que a greve era contra o Cruzado e isto deu brechas para que o governo justificasse a repressão aos grevistas. Esse foi o argumento utilizado pelo Brossard

naquele discurso raivoso na TV".

Para fazer vingar sua tática política, procurou desde o início da campanha salarial impor sua hegemonia na marra. Apesar de ter influência em menos de 10 sindicatos de bancários no país (dos mais de 150 existentes), os cutistas tentaram empolgar o comando nacional de mobilização. Passando por cima da direção unitária da campanha, a CUT chegou a anunciar uma reunião com o governo federal para o início de setembro, arvorando-se como interlocutora dos bancários.

Além disso, a CUT também criou um clima artificial de greve geral no dia 11. Aproveitando-se da campanha salarial de várias categorias (como funcionalismo paulista, previdenciários e outras), procurou fazer coincidir a data das paralisações para dar-lhe um conteúdo de "greve geral contra o Plano Cruzado". Vários sindicalistas desta central reconheceram publicamente esse objetivo, que virou fiasco, mas prejudicou as negociações específicas de cada categoria. Com o falso argumento do fantasma da greve geral, o governo endureceu no trato das mobilizações que tinham um nítido caráter reivindicatório.

Por último, o dirigente sindical paulista Ederaldo de Oliveira ainda acusa os membros da central petista de tentarem partidizar a campanha dos bancários. "Vários sindicalistas da CUT são candidatos do PT nas eleições de 15 de novembro. E foi nítida a intenção de se aproveitar eleitoralmente da greve da categoria. Mas, nesse sentido, acredito que eles tenham se dado mal."

Direção do ABC se desmascara

Na greve nacional dos bancários um sindicato ganhou destaque na imprensa por suas postura de traição à luta da categoria: o Sindicato dos Bancários do ABC paulista. A maior parte da diretoria desta entidade chegou a enviar um telegrama de congratulações ao ministro Paulo Brossard por seu discurso arrogante contra os trabalhadores.

Essa atitude do mais ordinário peleguismo gerou um profundo racha interno. Renan Arrais e João Pedrosa, dirigentes da entidade que se colocaram o tempo todo à frente da mobilização dos bancários, anunciaram seu rompimento definitivo com o restante da direção.

A postura covarde na greve foi a gota d'água de uma crise que se prolongava há meses. Segundo os dois dissidentes, a maioria da diretoria sempre teve uma posição imobilista e conciliadora. Osmar Marquesine preside o sindicato há 15 anos. Com o ascenso das lutas sindicais, ele tentou se adaptar aos novos tempos - temendo ser varrido pela base. No

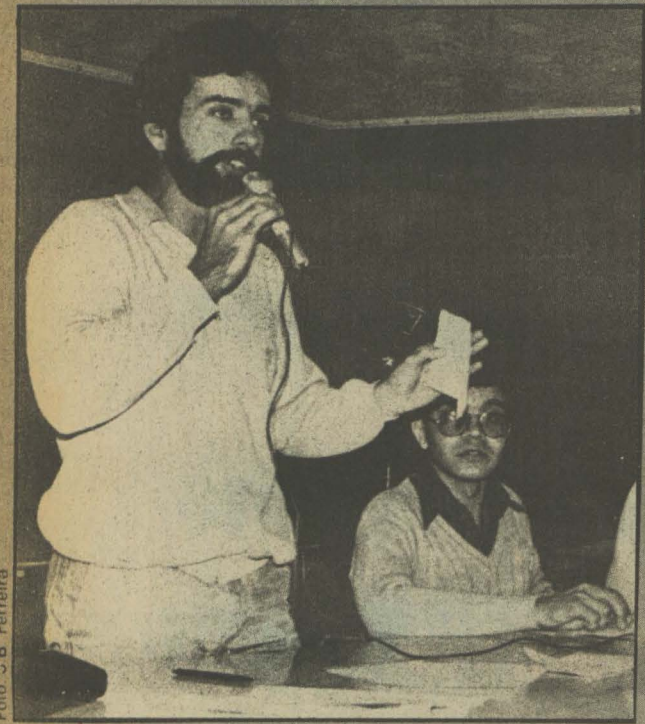
pleito sindical de 1983, aceitou a composição de uma chapa unitária, incluindo ativistas do PC do B, PT e PCB.

Mas a reciclagem durou pouco. "Entramos na diretoria para democratizar o sindicato e dinamizá-lo", explica João Pedrosa, "mas conforme a luta da categoria avançou, a maior parte da direção recuou". Renan explica que "até o ano passado esse setor ainda assumiu a luta, participando da greve nacional. Mas agora passou a trair abertamente".

Eles citam como exemplo a mobilização nacional contra as demissões após o Plano Cruzado. A base sindical, com cerca de 8 mil bancários, foi vitimada em mais de mil dispensas. Os pelegos nada fizeram para conter as demissões. Com a preparação da greve nacional a postura traidora se agravou. A maioria da diretoria boicotou a mobilização e atacou os dissidentes. Numa nota recente acusa os dois de "agitadores comunistas, ligados ao PC do B, que recebem instruções da Albânia".

Uma cena patética ocorreu na assembléia do dia 10. Ney Barbosa, um dos mais notórios pelegos, chegou a destruir toda a aparelhagem de som para evitar que os mais de mil presentes organizassem os piquetes para a manhã do dia seguinte.

Apesar do boicote, a greve atingiu mais de 80% da base. Agora os bancários se preparam para uma nova batalha - as eleições no sindicato no final do ano. Renan e João Pedrosa conclamam a categoria a formar uma chapa única de oposição para varrer o peleguismo do sindicato.



João e Renan querem o final do peleguismo



CDM

Centro de Documentação e Memória

Fundação Maurício Grabois

Ainda é grande o ímpeto da categoria de lutar pelo aumento salarial